

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
FEV/MAR 2019

#450

MAIORES DE 60 QUEREM
SEGUIR TRABALHANDO

OS PERIGOS DO
VÍCIO EM CELULAR

REI PELÉ

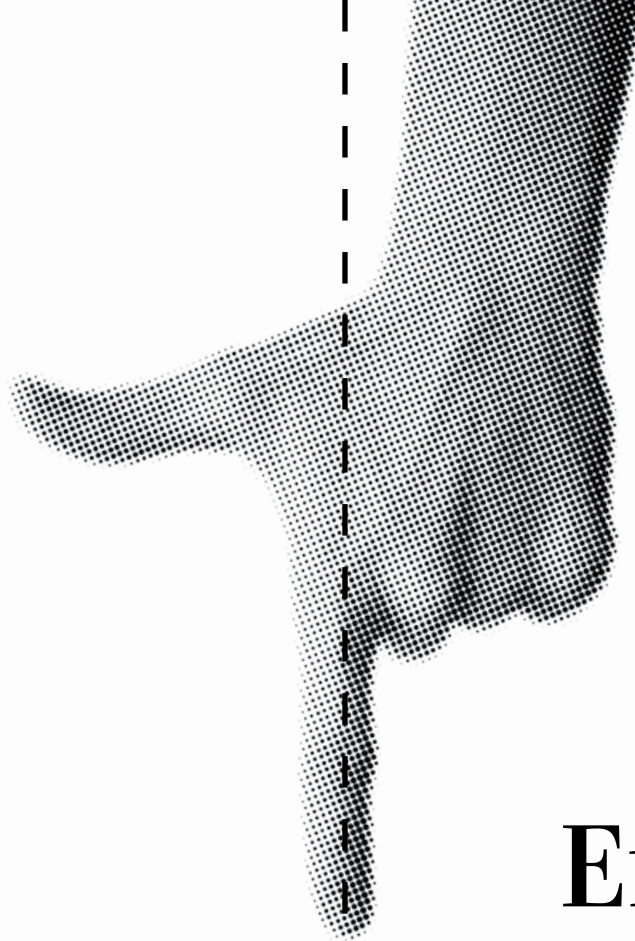
Goleadas e viradas

Jorge Caldeira relembra
os feitos do craque

TURISMO SOCIAL

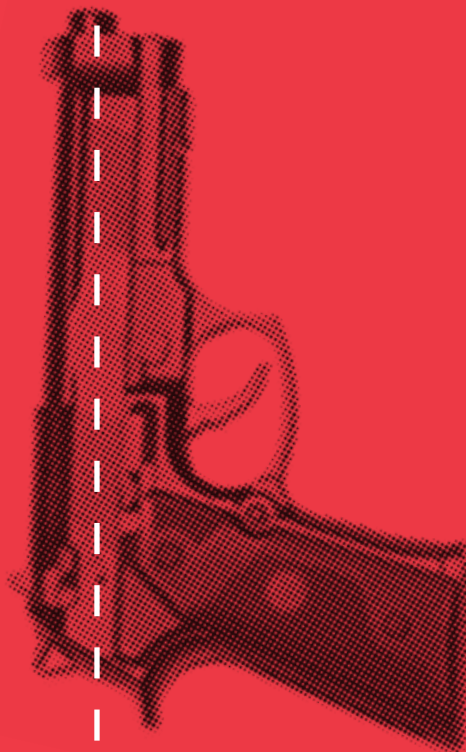
**Viagens com
um novo olhar**

Passeios que revelam o
protagonismo da comunidade local



Entre a vida e a morte

DEBATE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO
REGISTRO DE ARMAS DIVIDE OPINIÕES
SOBRE SEGURANÇA E VIOLÊNCIA



R\$12,90





CONHEÇA O **PROGRAMA SENAC** DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES.



DIAGNÓSTICO

Identificação das necessidades, expectativas e resultados esperados.



CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS

Temas atuais e sintonizados com o mercado.



NOSSA METODOLOGIA

Equilíbrio entre conhecimentos teóricos e experiências práticas.



AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Avaliação de reação, aprendizagem, aplicação e resultados alcançados.

sp.senac.br/corporativo
0800 707 1027



atendimento corporativo



PB | #450

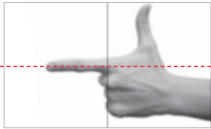
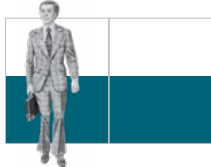
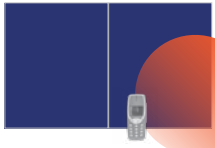





Esta edição de Problemas Brasileiros repercute a decisão do governo federal de fixar requisitos mais objetivos no processo de registro de armas de fogo. Ouvimos fontes dedicadas ao tema e exploramos o paralelo entre armas, desigualdade social e homicídios. Além de texto, a reportagem de capa traz infográficos que ilustram essa relação no Brasil e no mundo. Diante da tarefa de reduzir os índices de morte intencionais, o País terá o desafio de não deixar que o decreto que alterou o regulamento do Estatuto do Desarmamento produza um efeito disparador nos números da violência. Isso passa por mais fiscalização e investimento nos dispositivos de segurança pública.



A REFORMA TRABALHISTA ALTEROU MAIS DE 100 PONTOS DA CLT. VOCÊ TEM ALGUMAS DÚVIDAS?

Desde novembro do ano passado, a Reforma Trabalhista trouxe muitos impactos e uma série de dúvidas. As mudanças são profundas e complexas. Por isso mesmo, a FecomercioSP está fazendo uma grande mobilização em seu portal para oferecer respostas e esclarecimentos a empregados e empregadores. São conteúdos, cartilhas, reportagens e análises sobre temas como a jornada de trabalho, contrato intermitente, rescisão, férias, home office, entre outros direitos, benefícios e obrigações.

ENTÃO, SE VOCÊ QUER ENTENDER DE MANEIRA PRÁTICA, SIMPLIFICADA E CONFIÁVEL TUDO O QUE MUDOU, ACESSE WWW.FECOMERCIO.COM.BR/REFORMA-TRABALHISTA

	8 Capa POSSE DE ARMAS: SOLUÇÃO OU PROBLEMA?	
14 Economia MERCADO DE TRABALHO PARA IDOSOS		20 Entrevista EDMAR BACHA FALA SOBRE REFORMAS E PRODUTIVIDADE
		26 Sociedade VÍCIO EM CELULAR, CASO DE SAÚDE PÚBLICA
30 Perfil PELÉ, POR JORGE CALDEIRA		
		36 Estados Brasileiros AMAPÁ: "PESO-PESADO" NATURAL
42 Internacional NOVA CONDUTA NAS RELAÇÕES EXTERNAS		
		46 Artigo "PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL?", POR NADIA SOMEKH
48 Política AS ORIGENS DO PATRIMONIALISMO		
	52 Ciência NOVA BASE DO BRASIL NA ANTÁRTIDA	56 Biblioteca LIVROS EM DESTAQUE
58 Turismo VIAGENS QUE TRANSFORMAM OLHARES		62 Ensaio "EMOÇÕES EM PAQUETÁ", POR CHRISTIAN PARENTE
	66 Charge JEAN GALVÃO	

ESFORÇOS CONJUGADOS

Problemas complexos como o da violência estão ligados a um conjunto de fatores que influenciam os rumos de comunidades inteiras. Educação, assistência social, emprego e moradia são alguns dos elementos capazes de pacificar as relações humanas.

Nesse contexto, a flexibilização no processo de registro às armas de fogo não pode ser encarada como uma medida única adotada para enfrentar os percalços da segurança pública. Em suma, não se pode achar que a resposta à criminalidade se dará apenas por meio de gatilhos. Políticas públicas em frentes distintas devem ser adotadas para tirar o Brasil do mapa dos países mais violentos do mundo.

Esse debate está intimamente ligado à nossa atividade: o comércio de bens, serviços e turismo. Afinal, onde não há paz, não há comércio. E onde não há comércio, é difícil haver prosperidade.

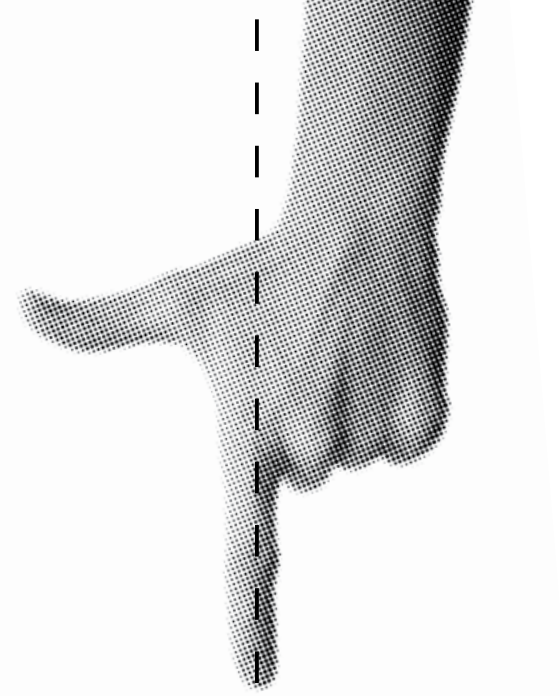
A mudança no perfil demográfico nacional é outro tema desta edição. Em meio às discussões sobre a Reforma da Previdência, conhecemos experiências alvissareiras de negócios calcados no comprometimento profissional dos idosos – que, embora tenham idade compatível com a aposentadoria, não abrem mão de trabalhar. Anima-nos constatar que há um movimento, ainda que tímido, de empresas que valorizam a mão de obra sênior.

As metas econômicas de curto e longo prazos são tema da entrevista com o economista Edmar Bacha. Um dos formuladores do Plano Real, ele defende, entre outros aspectos, a tarefa de se abrir o mercado nacional e simplificar o sistema tributário para alavancar a concorrência e a produtividade.

Entre outros assuntos que compõem este número, destaque para a reportagem e o ensaio fotográfico sobre turismo social no litoral paulista. Nossos repórteres visitaram projetos que valorizam o protagonismo dos moradores locais e oferecem uma vivência singular a quem os conhece.

Cultura, ciência e tecnologia e relações internacionais são outros motes apresentados nas páginas a seguir.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



QUESTÃO DE SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

O debate sobre a flexibilização no acesso às armas de fogo, viabilizada pelo decreto que cumpre uma das principais bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro, é ocupado por visões radicalmente opostas e estudos com conclusões distintas. Em um país recordista mundial em número de homicídios, como vamos conseguir equalizar mais segurança e menos violência?

texto ANTONIO SANTOMAURO | infográficos MARCELO SOARES



A discussão sobre a conveniência da liberalização do acesso às armas de fogo não é nova no Brasil, onde inclusive já gerou um referendo de âmbito nacional. Com a recente flexibilização da lei que rege a posse de armas, o debate sobre os efeitos delas na sociedade e o seu impacto nos índices de violência voltou ao centro das atenções.

Opiniões e estudos buscam, entre outros aspectos, correlacionar os índices de posse de armas com as taxas de homicídios. Nação mais armada do mundo, os Estados Unidos têm presença garantida nessas pesquisas. Atualmente, cada grupo de cem habitantes do país dispõe de aproximadamente 120 armas, informa o estudo global Small Arms Survey. No Brasil, a mesma instituição estima que há algo próximo a 8,3 armas por cem habitantes (excluindo-se as que estão em poder de militares e forças de segurança). Por aqui, revólveres e pistolas estão diretamente ligados a um problema nacional, o da violência. De acordo com a mais recente edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2017 aconteceram quase 31 mortes violentas intencionais por grupo de 100 mil habitantes – mais de dois terços delas causadas por armas de fogo –, enquanto o índice norte-americano é cinco vezes inferior a esse.

A taxa menor de homicídios nos Estados Unidos, onde as armas são abundantes, é uma das informações às quais recorrem os defensores do abrandamento da atual legislação brasileira, cujos opositores, em contrapartida, lembram que os índices norte-americanos de mortes por armas de fogo são significativamente superiores aos de nações com índices equiparáveis de desenvolvimento [ver números e infográfico nas páginas 12 e 13].

Certamente a violência tem outras causas, tais como a conjuntura socioeconômica, os níveis de educação, o ambiente jurídico e a atuação e eficiência da polícia. Mas, principais instrumentos dos homicídios, as armas constituem elemento onipresente na análise das causas da violência, assim como das maneiras de combatê-la.

No Brasil, antes mesmo do decreto do atual presidente, vêm ocorrendo diversas tentativas de se modificar a legislação sobre o assunto, como o Projeto de Lei (PL) n.º 3.722/2012, que prevê o fim do Estatuto do Desarmamento, de autoria do deputado federal Rogério Peninha Mendonça. Ele afirma fundamentá-lo principalmente no resultado de uma exigência feita pelo próprio estatuto, que determinou que houvesse um referendo no qual os eleitores brasileiros poderiam vetar definitivamente o comércio de armas. A votação ocorreu em 2005; seu resultado: 64% das pessoas votaram pela manutenção da venda de armas.

O PL, diz o parlamentar, permite acesso às armas às “pessoas de bem”, que de acordo com a lei seriam aquelas com idade mínima de 21 anos (atualmente, 25 anos), que comprovem residência e empregos fixos, não possuam antecedentes criminais, não estejam sendo investigadas em inquérito policial por crime contra a vida, tenham sido aprovadas no curso de manuseio de armas e tiro e comprovem sanidade mental.

DANÇA DOS NÚMEROS

Outros argumentos, além do resultado do referendo de 2005, são colocados por Peninha para defender a extinção do estatuto. Um deles: “Depois da vigência desse estatuto, os homicídios cresceram em 20 das 27 unidades federativas do País”, diz. “A própria Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu não ser possível estabelecer relação direta entre acesso legal da população às armas de fogo e índices de homicídio”, acrescenta (referindo-se ao estudo “Global Study on Homicide”, divulgado pela ONU em 2013).

Realmente, reconhece Daniel Cerqueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), não dá para afirmar que onde houver menos armas necessariamente haverá menos homicídios. Mas pondera que “existe um consenso nas literaturas científicas nacional e internacional: mais armas geram mais crimes, e políticas restritivas de armas de fogo contribuem para diminuir a letalidade violenta”. O próprio Cerqueira já elaborou estudos que, segundo ele, mostram que cada 1% a mais de armas incrementa em 2% a taxa de homicídios, e que se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídios no Brasil seria 12% maior que aquela realmente observada. “A flexibilização do acesso à arma de fogo é uma tragédia”, opina.

Conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a advogada Isabel Figueiredo também defende a manutenção do estatuto. “Sem ele, aumentará a migração, já bastante significativa, das armas legais para o crime. Também haverá aumento de tentativas de decisão, por meio de armas, de

brigas pessoais e de trânsito, além de acidentes com crianças”, diz. Essa opinião é endossada pelo coordenador de assuntos institucionais do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli. “E 72% das mortes por violência intencional decorreram do uso de armas de fogo. Ou seja, aqui, a violência letal é indissociável do uso desse tipo de arma”, enfatiza.

“CONTRAPONTO AO ESTADO”

Embora mais comum, a possibilidade da defesa contra a violência cotidiana não é a única motivação de quem deseja possuir armas de fogo. Há outras: “Cidadãos armados também podem constituir um poderoso obstáculo a um ultrapoder estatal”, reflete o psicanalista e escritor Contardo Calligaris. “Nos Estados Unidos, onde esse direito é reconhecido pela Constituição, a possibilidade das pessoas de disporem de armas é uma poderosa força de dissuasão de um recurso excessivo do Poder Público e, consequentemente, uma garantia dos direitos individuais”, observa.

Dizendo-se familiarizado a armas, com as quais conviveu em vários países onde morou – como Itália, Suíça e EUA –, Calligari crê também que a posse de uma delas, aliada à capacidade de utilizá-la adequadamente, na atual realidade brasileira, pode ser um elemento gerador de uma sensação de segurança difícil de ser obtida de outro modo, e que talvez devesse constituir um direito. “Eu, hoje, não tenho armas e talvez nem pensasse em tê-las se soubesse que, caso necessário, a polícia chegaria para me atender rapidamente e com uma equipe capacitada. Ou seja: com policiais bem treinados, bem remunerados e reconhecidos socialmente”, analisa.

Na opinião de Calligaris, mais do que apenas atender às tradicionais exigências dos testes psicológicos e dos atestados de idoneidade, quem desejar uma arma deveria obrigatoriamente se submeter a um treinamento prático de pelo menos cem tiros por semana, a ser realizado durante todo o período em que a posse da arma for mantida. “Sempre há malucos que podem fazer alguma besteira, mas quem tem qualificação para usar uma arma tem muito menos chance de usá-la indevidamente”, justifica.

No entanto, se concretizada essa exigência sugerida por ele, a posse de armas no Brasil ficaria restrita a pessoas com mais poder aquisitivo. Afinal, um clube de tiro de São Paulo, por exemplo, informa que o custo de uma prática de

“A CADA 1% A MAIS DE ARMAS, A TAXA DE HOMICÍDIO AUMENTA 2%. E SEM O ESTATUTO DO DESARMAMENTO, A TAXA DE HOMICÍDIO NO BRASIL SERIA 12% MAIOR.”

DANIEL CERQUEIRA,
do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)

O QUE MUDOU?

Assinado em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro, o Decreto n.º 9.685 alterou as regras para obtenção da posse de armas de fogo no Brasil. A posse é a possibilidade de o cidadão guardar uma arma em sua casa ou estabelecimento comercial de sua propriedade.

Na prática, o texto ampliou o prazo de validade do registro de armas de cinco para dez anos, tanto para civis como para militares, e flexibilizou os requisitos que uma pessoa precisa apresentar para comprovar a “necessidade efetiva” da posse. Agora, basta provar que mora em cidade violenta, em área rural ou que é agente de segurança para atender ao requisito – exigência que será cumprida por qualquer cidadão. Isso porque o critério que define uma cidade como violenta é se a taxa de homicídios no Estado de residência é maior do que 10 a cada 100 mil habitantes. Na pesquisa de referência adotada pelo governo – o “Atlas da Violência 2018”, com dados de 2016 –, todos os Estados superam essa taxa [ver infográfico na página 13].

Passou a ser permitido ainda que o cidadão compre até quatro armas de fogo e, em caso de o requerente ter criança, adolescente ou pessoa com deficiência mental em casa, deverá apresentar uma declaração de que o local possui cofre ou local seguro com tranca para armazenamento. As exigências legais para a obtenção da posse de arma permanecem: ter mais de 25 anos, declaração de bons antecedentes, curso de tiro e teste psicotécnico.

Maneira mais rápida que o presidente teve para alterar a legislação, o decreto tem limites. Não pode alterar penas ou revogar crimes listados no estatuto. Mas modifica regras para aquisição e registro de armas: “Houve o acréscimo de hipóteses em que a efetiva necessidade de arma é presumida e modificações sobre a periodicidade de comprovação da ocupação lícita e ausência de antecedentes”, explica João Paulo Martinelli, advogado criminalista e doutor em Direito Penal pela USP.

ACESSO A ARMAS x HOMICÍDIOS

Em comparação a outros países do G7 – grupo composto pelas economias mais desenvolvidas do mundo –, os Estados Unidos têm taxas significativamente maiores em número de armas de fogo e homicídios, como mostra a tabela (que, além dos países do G7, inclui o Brasil). Mas a maioria dos integrantes do grupo, embora apresente índices de posse de armas bem superiores aos daqui, tem proporcionalmente muito menos homicídios que o Brasil.

O Japão, por exemplo, registra, a cada ano, apenas 0,3 homicídio por 100 mil habitantes, e em Singapura, esse índice cai para 0,2 homicídio por 100 mil habitantes. Em ambos os países, é extremamente difícil possuir legalmente uma arma, havendo apenas 0,3 para cada cem pessoas. Áustria e Suíça também têm taxas de homicídios bastante baixas, de apenas 0,5 por 100 mil pessoas, mas, por outro lado, registram elevados índices de posse de armas de fogo (próximos de 30 para cada grupo de cem habitantes). Ou seja, a relação armas *versus* violência é mais complexa do que parece.

Taxas de posse de armas e de homicídios

	Homicídios por 100 mil habitantes ¹	Armas em posse de civis por 100 habitantes ²
Brasil	31,3	8,3
EUA	6,5	120,5
Canadá	1,5	34,7
Reino Unido	1,3	4,6 ³
França	0,9	19,6
Itália	0,8	14,4
Alemanha	0,7	19,6
Japão	0,3	0,3

1. Dados de 2016 da Organização Mundial de Saúde (OMS)
 2. Estimativas de 2017 do estudo "Small Arms Survey"
 3. Apenas Inglaterra e País de Gales, sem incluir Escócia e Irlanda do Norte

cem tiros varia entre R\$ 140 e R\$ 280, dependendo da munição, sendo necessário pagar também pela locação do estande e pelos alvos que são substituídos.

Michele Ramos, pesquisadora do Instituto Igarapé, dedicado a temas relacionados a segurança, qualifica como "preocupante" a flexibilização da atual legislação. Proposituras desse gênero, ela justifica, ignoram os limites das armas de fogo como instrumentos de defesa nas abordagens criminosas. Diminuir a rigidez em relação ao acesso às armas, complementa Michele, também implica transferir para os indivíduos uma responsabilidade que deve ser do Estado – de assegurar sua integridade física. "Em vez de avançarmos em políticas de segurança pública que reduzam os fatores de risco e fortaleçam os fatores de proteção, diremos aos cidadãos que não somos capazes de resolver a crise da segurança, então possibilitamos o 'faça você mesmo'", critica a pesquisadora.

POSSIBILIDADES

Desde 2003, quando entrou em vigor, a legislação que rege o tema já passou por várias alterações, geralmente abrandando algumas de suas determinações: por exemplo, permitindo a guarda das armas também no local de trabalho – e não apenas em casa, como determinava o texto original – e possibilitando a agentes públicos de segurança portarem também armas particulares (além daquelas fornecidas por suas corporações).

Angeli, do Sou da Paz, pleiteia que, em vez de afrouxado, o controle de armas no Brasil deveria ser aprimorado: inclusive, com a implementação de mecanismos previstos no Estatuto do Desarmamento ainda não efetivados, como a marcação das munições em lotes menores que os atuais, para facilitar a identificação da origem de um projétil, e a integração dos bancos de dados sobre armas hoje mantidos independentes pelo Exército e pela Polícia Federal. "Lamentamos que um tema assim tão relevante com potencial de impactar a vida e morte das pessoas seja normatizado praticamente a portas fechadas. Vivemos em uma democracia, e tema assim tão relevante deve ser debatido no Congresso", critica. Isabel, do Fórum, diz que "mesmo nos Estados Unidos, os índices de homicídios são maiores justamente nos Estados onde é mais fácil comprar armas". Embora constitucionalmente garantido, lá esse direito é implementado com regras mais ou menos restritivas em diferentes regiões.

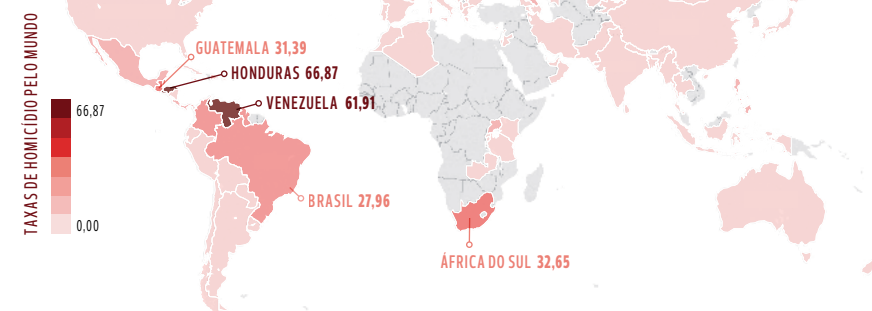
Mas o deputado Peninha afirma que seu projeto é uma oportunidade para os "cidadãos de bem" defenderem vidas, famílias e patrimônios hoje ameaçados por bandidos armados com arsenais cada dia mais poderosos. "Os delinquentes pensarão duas vezes antes de adentrar propriedades alheias, porque eles podem não ter medo de polícia, mas dificilmente querem ir para o cemitério", afirma o congressista.

Diante da ofensiva da administração recém-empossada sobre o tema, resta saber quais políticas complementares em segurança pública acompanharão as medidas já anunciadas. Afinal, não se pode reduzir a complexidade dessa questão a um dispositivo jurídico.



RAIO-X| POR MARCELO SOARES

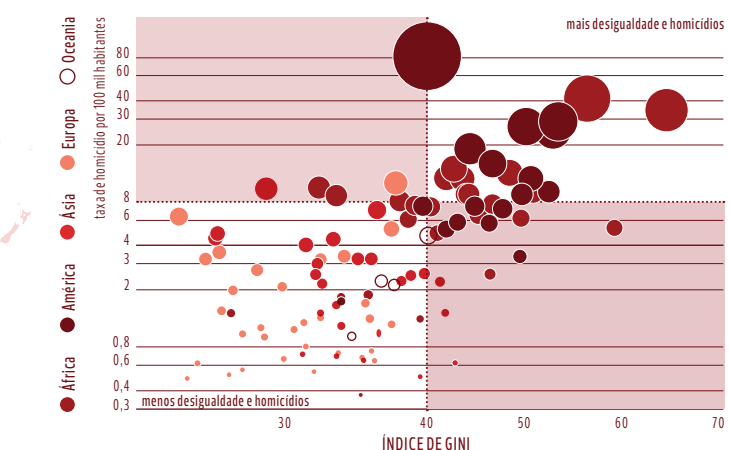
Desigualdade mata; com chumbo, mais ainda



A controvérsia sobre se mais armas aumentam ou diminuem a taxa de homicídios não se resolve olhando apenas a relação entre essas duas variáveis. Existe uma relação mais forte entre taxa de homicídios e desigualdade do que entre homicídios e posse de armas.

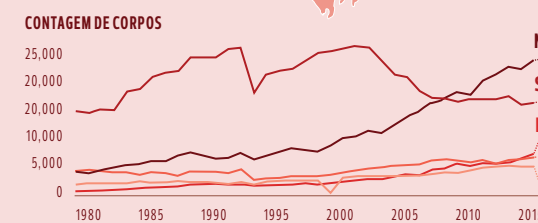
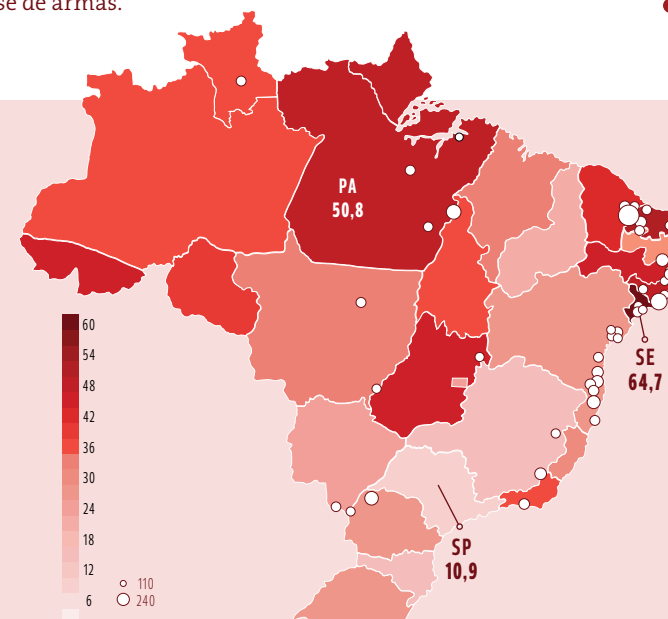
PAÍSES MAIS IGUALITÁRIOS MATAM MENOS

Em sociedades mais igualitárias, o volume de armas pouco influi; nas muito desiguais, mais armas são querose no incêndio da insegurança. Na África e na América Latina, a taxa de homicídios sobe conforme aumenta a fatia armada da população. Isso se reflete na relação entre o Índice de Gini, que mede a desigualdade, e a taxa de homicídios. No gráfico, a taxa de homicídios está em escala logarítmica para facilitar a visualização dos países de baixa violência.

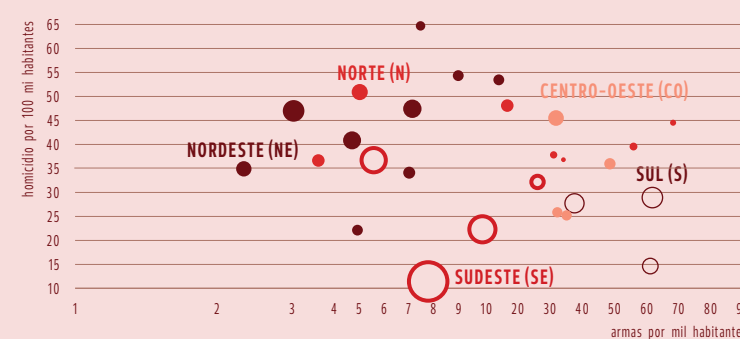


HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO NO BRASIL

No País, as cidades com maiores taxas de homicídios se concentram no desigual litoral nordestino, onde Sergipe acaba de tomar o lugar do Rio dos anos 1990 como pior taxa do Brasil. Na região, o volume de homicídios cresceu rapidamente nas últimas três décadas e, hoje, mais da metade das "mortes matadas" é registrada no Nordeste.



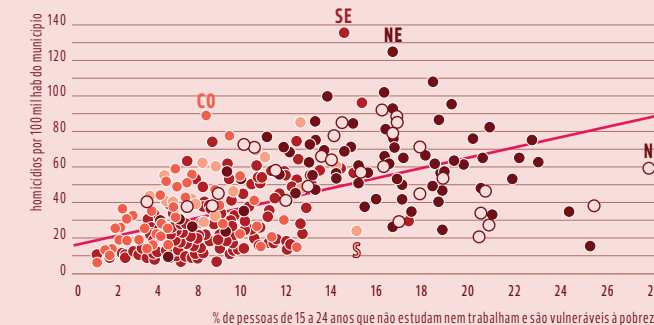
POSSE DE ARMAS X HOMICÍDIOS



Não há relação direta entre armas e mortes, mas no Nordeste, os Estados com mais mortes também têm mais armas. O eixo das armas está em escala logarítmica para facilitar a visualização.

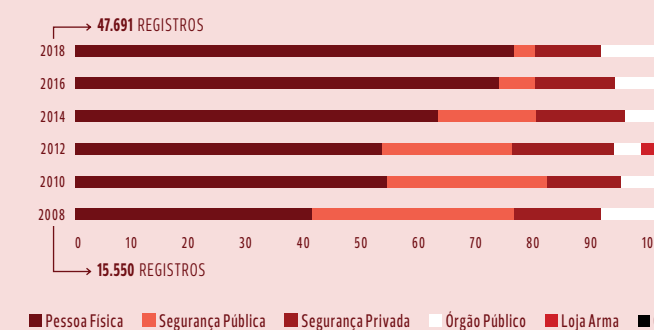
DESEMPREGO E HOMICÍDIOS

As maiores concentrações de jovens desempregados e as maiores taxas de homicídios também andam juntas – e estão geralmente nas regiões Norte e Nordeste. Dados da Polícia Federal sobre posse de armas mostram que no Sul e no Sudeste, com melhores índices sociais, mais armas não convivem com tantos homicídios quanto em terras mais desiguais, conforme indica a aglomeração dos círculos que representam os municípios.

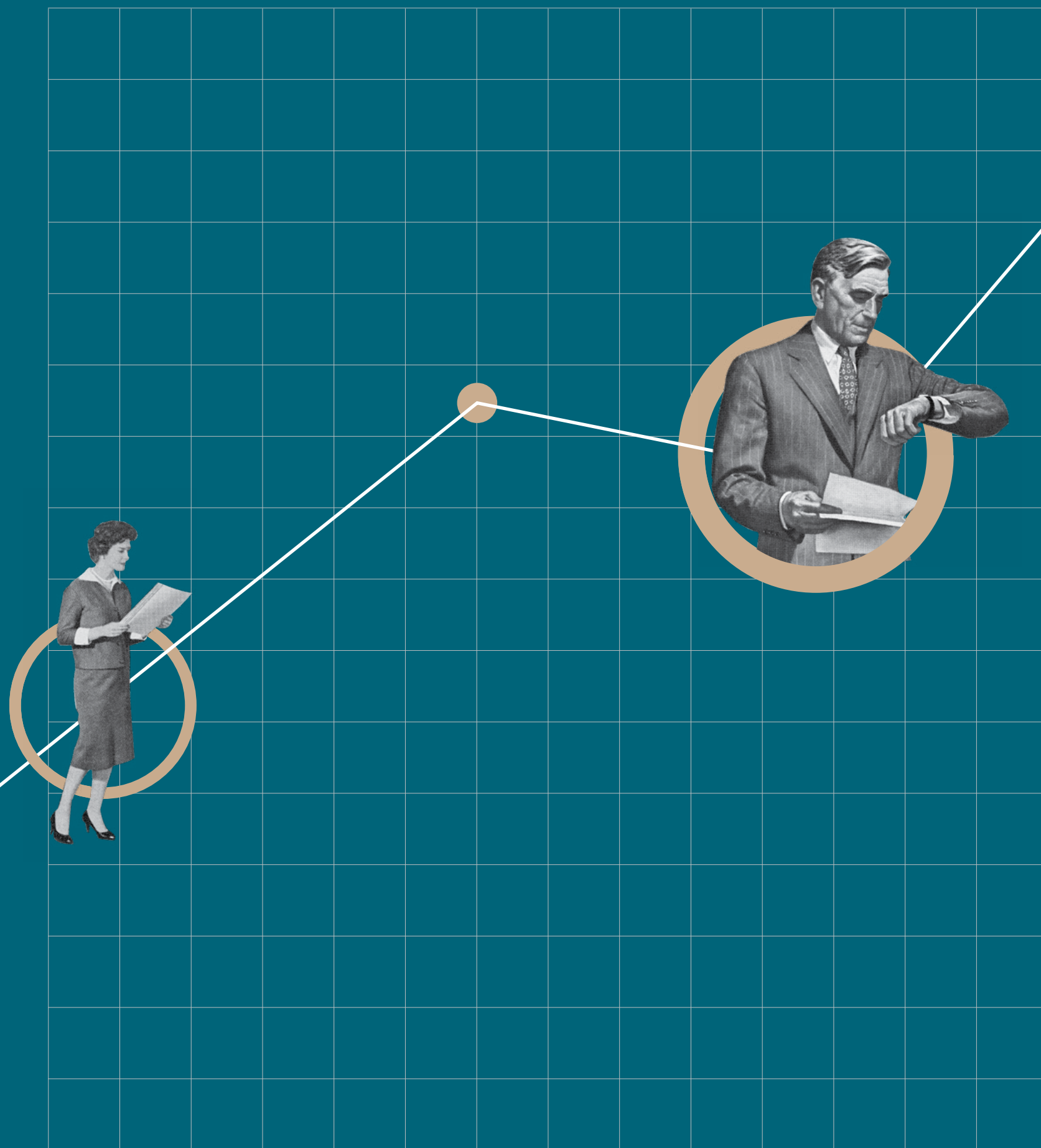


PESSOAS FÍSICAS REGISTRAM MAIS ARMAS

Em 2008, 40% das armas eram registradas por civis; em 2018 eram 74%. Volume civil aumentou quase seis vezes.



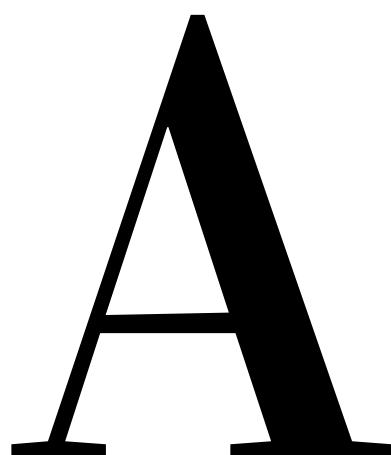
Fonte: Países mais igualitários matam menos – Banco Mundial. Homicídios por armas de fogo no Brasil – Mapa da Violência e Atlas da Violência. Posse de armas x homicídios – Polícia Federal e Atlas da Violência



FORÇA DE TRABALHO GRISALHA

Mudança no perfil demográfico nacional – com contínua expansão dos maiores de 60 anos e diminuição dos jovens – impacta e auxilia no aumento da contratação e no empreendedorismo dos profissionais seniores. Embora ainda não seja uma tendência, entre outros motivos, pelo preconceito corporativo, as características desses colaboradores conquistam cada vez mais adeptos.

texto SELMA PANAZZO



A imagem de aposentados de pijama assistindo à televisão o dia todo está ultrapassada no Brasil atual. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a participação de idosos (a partir de 60 anos) na força de trabalho vem aumentando, tendo passado de 5,9% em 2002 para 7,2% em 2018, somando 7,5 milhões de trabalhadores.

Esse crescimento é originado por duas ondas: busca de renda ou complementação dos rendimentos previdenciários aliada ao aumento da longevidade. De acordo com a “Carta de Conjuntura”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada em junho de 2018, com base nos dados da Pnad Contínua, atualmente, a expectativa de vida do brasileiro é de 76 anos. Na década de 1960, essa média alcançava 54 anos.

Os grisalhos na economia ativa (empregados ou empreendedores) tendem a aumentar. O Brasil, que já foi chamado de “país jovem”, caminha de maneira rápida para a inversão demográfica, quando haverá mais cidadãos acima de 60 anos do que crianças e adolescentes. Segundo o IBGE, já em 2030, pela primeira vez, a Nação terá 41,5 milhões (18%) de pessoas acima dos 60 anos e 39,2 milhões (17,6%) com idades de zero a 14 anos.

“Quando vemos esses números de idosos na ativa, perguntamo-nos: é muito ou pouco? Nem uma coisa nem outra. É o inevitável”, afirma o presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), José Pastore.

Essa reviravolta impacta de maneira expressiva não somente o sistema previdenciário, já deficitário, como também o mercado de trabalho. As empresas começaram a atentar para os profis-

sionais seniores. No entanto, ainda há um longo caminho para o mercado conhecer as características e potencialidades dessa mão de obra.

Aliás, não há nem sequer padronização nas políticas públicas quanto à fixação da idade inicial para caracterizar alguém como idoso, que varia de 60 a 65 anos. “Os transportes coletivos consideram 60 anos para o direito da passagem gratuita. Em muitas cidades, vagas preferenciais nos estacionamentos são reservadas para quem tem a partir de 65. O Estatuto do Idoso criou a categoria superespecial para aqueles com 80 anos ou mais. Uniformizar essa faixa etária ajudaria na eficiência da aplicação dos direitos dessa população” opina a técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, Ana Amélia Camarano.

NÓS SOMOS O FUTURO

Para o professor sênior da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do projeto Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Hélio Zylberstajn, os idosos ativos são parecidos com os jovens que ingressam no mercado de trabalho como trainees ou estagiários. “Podemos ter regimes parecidos para os profissionais mais maduros.” Segundo ele, na Europa, há modelos de contratação desenhados para esses colaboradores, com compartilhamento de trabalho, gestor interino por projeto, trabalho móvel. “São formatos muito apropriados para idosos. O trabalho atípico vai se tornar típico” [veja box].

Apesar da urgência, o presidente do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, Nilton Molina, alerta que o tema ainda é pouco debatido. “A Reforma da Previdência ou vem e traz as mudanças necessárias ou os benefícios não serão pagos”, diz. Para ele, é preciso reverter o baixo aproveita-

mento desse perfil na economia. “Não podemos deixar que esses profissionais ‘morram de aposentadoria’. É inadmissível que os filhos continuem a contar que o pai se aposentou e morreu dois anos depois, em decorrência de depressão, solidão.” Ele brinca: “O pai não quer morrer assim; o avô, também não. E o bisavô é contra”.

O prolongamento da vida profissional, por meio da requalificação técnica, é o caminho certo. “Na década de 1960, a taxa de natalidade era de seis filhos por mulher, por isso fomos um país jovem. Hoje, essa taxa despencou para 1,7 filho por mulher”, lembra Molina.

OS SONHOS NUNCA SE APOSENTAM

A nova ordem demográfica coloca questão inédita à sociedade brasileira. Mara Sampaio, psicóloga social e consultora de empreendedorismo focada em quem tem acima dos 50 anos, explica que, do mesmo modo que as pessoas perguntam, na infância, o que você vai ser quando crescer, “agora, a indagação é o que você vai ser quando envelhecer”.

Ela observa que a reinvenção do trabalho para a faixa madura passa também pelo empreendedorismo. “É preciso um novo olhar, conhecer-se e se reinventar. Assumir o protagonismo da vida. Hoje, por exemplo, ser empreendedor não é somente ter negócio. Estamos falando de ter atitude empreendedora, um trabalho novo que faça diferença.” Para ela, quando saudável, o idoso não é mais dispensável do ponto de vista econômico. Ao contrário. Trata-se de um segmento que contribui muito financeiramente. De acordo com dados da Pnad Contínua do terceiro trimestre de 2018, o rendimento médio do idoso é maior do que a média salarial nacional: R\$ 2.773 contra R\$ 2.155, respectivamente.

Em 2020, o poder de compra dos consumidores acima de 60 anos deve superar R\$ 30 trilhões em todo o mundo. No Brasil, os seniores participaram com 11% da renda nacional na última década. Nos próximos três anos, a expectativa é que passem a representar 16%, de acordo com o relatório “Consumer Generations”, divulgado pela Tetra Pak em 2017.

O CEO e fundador da plataforma MaturiJobs, Morris Litvak, avança nessa linha de pensamento. Quando criou a startup em 2015 – inspi-

rado na trajetória da avó, dona Keila, tradutora que trabalhou com vigor, lucidez e satisfação até os 82 anos, só tendo parado por ter sofrido uma queda a caminho do serviço –, a plataforma atuava como ponto de contato entre empregadores e empregados. “Com o tempo, observamos que isso não bastava. Buscamos, então, um novo horizonte, o de auxiliar o idoso a se virar sozinho, a se aprimorar.”

Debates, workshops, cursos e apoio técnico são algumas das ferramentas para quebrar paradigmas no meio corporativo. A MaturiJobs conta com 740 empresas que utilizam a plataforma. Foram oferecidas mil vagas nos últimos 30 meses e efetivadas 800 contratações. A iniciativa é positiva, mas os resultados são tímidos – ao considerar que, no mesmo período, 83 mil pessoas se candidataram.

Ex-empresário da área de logística, Pedro Wilson Viana Leitão, de 67 anos, descobriu que seu ótimo currículo não valia mais quando tentou se recolocar após a aposentadoria. Era visto como velho e não como sênior pelo mercado. “Sofremos ainda forte discriminação. Exemplo dessa cultura são as placas de trânsito e do metrô que sinalizam vagas ou bancos para idosos usando a imagem do velhinho arcado se apoiando com bengala.”

As dificuldades o motivaram a empreender e criar a 50Mais Courier Sênior, que se define como empresa de business social no segmento de serviços diferenciados e rápidos de entrega, mercado que cresce 40% ao ano, segundo o CEO e fundador. Na companhia, os idosos recebem de 20% a 50% do valor da entrega que fazem, trabalham em regiões perto da moradia e organizam seus horários. As cargas têm peso máximo de 15 quilos. O empresário se orgulha de seus *couriers* que, em quatro meses,

SERVIÇOS PREDOMINAM

Levantamento da FecomercioSP baseado no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostra que, entre 2006 e 2016, houve expansão de **31%** dos empregados formais com mais de 60 anos. Entre os setores que mais empregam tal perfil, ou nos quais eles mais empreendem, estão serviços, comércio e administração pública. Estudo da LCA Consultores apurou que cerca de **10 milhões de pessoas dependem da renda de aposentados para viver**. Em 2017, cresceu 12% o percentual de lares nos quais maiores de 60 anos eram responsáveis, no mínimo, por 75% da renda familiar.

O IBGE detalha o perfil desse idoso: em relação à escolaridade, **67%** têm ensino fundamental incompleto; **6,8%**, fundamental completo; **1,5%**, ensino médio incompleto; **13,1%**, médio completo; e **11,7%**, ensino superior. No segundo trimestre de 2018, ainda de acordo com o IBGE, **46%** da população ocupada com mais de 60 anos trabalhavam por conta própria (atividades informais, como venda de produtos e serviços de manutenção de residência) e **9,3%** eram empreendedores (com negócios legalizados).

Fonte: LCA Consultores, FecomercioSP e Ministério do Trabalho

PANORAMA MUNDIAL

Estudioso da longevidade, o professor de Medicina, coordenador da Universidade Aberta da Terceira Idade (Uati) – da Universidade de São Paulo (USP) – e diretor de desenvolvimento institucional do Centro Internacional de Longevidade (ILC Brasil), Egidio Dorea, e o administrador formado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e consultor do ILC Brasil, Sérgio Werther Duque-Estrada, foram ouvidos pela **Problemas Brasileiros** sobre a realidade da força ativa dos idosos.

O envelhecimento da mão de obra se manifesta com igual força nos países desenvolvidos?

Sem dúvida! A participação das pessoas acima dos 60 anos tem aumentado significativamente nas últimas décadas. Dados do Bureau of Labor Statistics, dos Estados Unidos, projetam que, em 2024, das 164 milhões de pessoas que irão compor a força de trabalho, em torno de 41 milhões terão mais de 55 anos, e 13 milhões, mais de 65 anos. E que, entre 2014 e 2024, a força de trabalho entre as pessoas de 65 a 74 anos aumentará 55%. Acima de 75 anos, 86%. Ou seja, um em cada quatro trabalhadores dos EUA terá acima de 55 anos.

Quais são os responsáveis por isso?

Temos maior expectativa de vida da geração *baby boomer*, necessidade financeira de trabalhar mais pelas mudanças no sistema de aposentadoria; maior participação feminina no mercado de trabalho, aumentando a massa de futuros aposentados; mudança na cultura do trabalho que se torna mais amigável para o idoso; funções com menor demanda de força física; e vagas com horários mais curtos.

O sistema previdenciário americano guarda semelhança com o do Brasil?

Nos Estados Unidos, a idade mínima de aposentadoria é 65 anos. Há semelhanças no formato com o Brasil: assim como aqui, há o INSS. Lá existe o Social Security, que também

enfrenta problemas sérios, pois foi concebido em uma época na qual havia mais contribuintes que recebedores de aposentadoria [*período da geração conhecida como baby boomers, nascida após a Segunda Guerra Mundial até a metade da década de 1960*]. O valor máximo a receber é de US\$ 2,5 mil.

E na Europa?

Na França, onde os aposentados são 15 milhões e custam em torno de 15% do orçamento do Estado, a idade mínima é de 65 anos, mas subirá para 67 em 2019. Na Inglaterra, a idade mínima é de 65 anos.

Quais países se destacam no acolhimento da mão de obra madura?

Em 2018, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os países com maior número de pessoas entre 55 e 64 anos empregadas, a Islândia estava em primeiro lugar, com 84% das pessoas empregadas. Em segundo lugar, a Nova Zelândia, com 78%, e em terceiro, Israel, com 66,8%.

Quais os benefícios e especificidades que devem ser observados pelo mercado contratante?

Os esquemas de trabalho em horário parcial, os trabalhos temporários e as aposentadorias parciais. Outra questão a levar em consideração é a capacidade física dos trabalhadores idosos, afinal, um ambiente de trabalho adaptável é mais atrativo.

Qual o impacto financeiro desse trabalho no PIB mundial?

Estima-se que aproximadamente US\$ 3,5 trilhões por ano pode ser acrescentado com a maior inclusão dos idosos no mercado de trabalho mundial.

Ainda há preconceito em relação aos seniores?

É um dos fatores que precisam ser combatidos. Segundo pesquisa mundial da Deloitte Consulting, 41% das companhias acreditam que o envelhecimento da mão de obra seja desvantagem competitiva. A consultoria procura sensibilizar empresas para que criem rotas alternativas de carreiras para idosos, com horários flexíveis, mentorias para os jovens e oferta de aposentadoria por fases.

Há outros exemplos de grandes companhias que caminham para essa diversidade etária?

Sim, a BMW introduziu mudanças na linha de produção para melhorar a ergonomia e promoveu linguagem neutra em relação às idades no ambiente de trabalho. Desde 2015, o Centro de Envelhecimento da Mailman, Escola de Saúde Pública da Universidade Columbia, nos EUA, tem premiado as empresas que mais se sobressaem em políticas para os trabalhadores idosos. As vencedoras recrutam ativamente e oferecem escalas de trabalho mais flexíveis e oportunidades de mentorias. Em 2018, uma das campeãs foi a PKF O'Connor Davies, que contrata muitos contadores aposentados por outras empresas. Do total de 750 funcionários, mais de 250 têm acima de 50 anos.



“QUANDO VEMOS OS NÚMEROS DE IDOSOS NA ATIVA, PERGUNTAMO-NOS: É MUITO OU POUCO? NEM UMA COISA NEM OUTRA. É O INEVITÁVEL.”

JOSÉ PASTORE, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP

entregaram 20 mil kits de vinho sem quebrar nenhuma taça, garrafa ou decantador.

Após o mercado empregador acolher e incentivar nos seus quadros as diversidades racial e de gênero, um processo similar em relação à faixa etária parece dar sinais de vida. A companhia aérea Gol, por exemplo, lançou, em junho de 2017, o programa Experiência na Bagagem. “O resultado foi surpreendente. Primeiro, oferecemos para os familiares mais idosos dos nossos funcionários, mas logo a iniciativa foi para as redes sociais e até para a imprensa. Em um mês, tivemos 4 mil inscrições”, afirma o diretor da área de gente e cultura, Jean Carlo Nogueira, acrescentando que a empresa tem 12% de colaboradores acima dos 50 anos. “Eles se destacam no atendimento, acolhendo e ajudando o cliente, têm enorme engajamento e colaboram para a formação dos jovens.”

A interação intergeracional é uma troca saudável, intensa e tranquila, segundo Andrea de Medeiros Gamboa, de 54 anos, da equipe de atendimento premium da corporação. Ela sempre trabalhou em empresas de aviação e, mesmo aposentada, continuou na Gol, onde atua há 12 anos. Andrea conta que os passageiros dão retorno positivo ao atendimento da equipe sênior. “Somos pessoas produtivas, com vigor para trabalhar e mais felizes por nos sentirmos necessários”, destaca, com um cativante sorriso que se estende ainda mais quando conta que não pensa em parar tão cedo. “Tenho disposição para fazer academia às sete da ma-

nhã, manter minha alimentação saudável e me divertir. Quero envelhecer bem.”

A trajetória de Andrea não é atípica entre os seniores, que com frequência se recolocam em funções e setores diferentes dos que ocupavam antes da aposentadoria. Com diversificada experiência em tecnologia da informação, Márcio Joaquim Berlinque, de 72 anos, participou do processo de seleção de aproximadamente três meses do programa de diversidade etária da Dotz, empresa de benefícios parceira de grandes varejistas. A oportunidade de trabalho gerou mais de 1,5 mil inscrições. Agora, Berlinque atua na área de gestão. “Sou um ‘setentão’ cuidando da área de inovação. Parece um paradoxo, mas é exatamente o que a empresa quer. Ou seja, os mais experientes dosando o ímpeto dos jovens”, analisa.

De acordo com a gerente de gente e gestão e responsável pelo projeto Geração Sênior, Melissa Cupari, não houve conflito de gerações. Ao contrário. “Os mais jovens ouvem os experientes. Há troca no ambiente colaborativo.” Incentivado pelo filho advogado, Faustino Albano Pereira Jr., de 59 anos, também saiu vitorioso na seleção da empresa, onde está alocado na diretoria de catálogo. “O mercado tem de se preparar para essa mão de obra qualificada. O novo fenômeno demográfico é uma realidade que se estabelece agora”, diz ele, que nunca teve a perspectiva de se aposentar. “Vou continuar trabalhando até quando a saúde permitir.”

Vitalidade e empenho no novo trabalho também não faltam a Moacir Pinoti Candido, de 64 anos, que há quatro meses é entregador da 50Mais Courier Sênior. Ele, que já foi proprietário de lava-rápido, motel e restaurante, diz que o modelo de negócio da 50Mais o atraiu, apesar do desgaste do trânsito, porque possibilita independência para realizar as tarefas e garante vínculo de participação da receita gerada pelo serviço. É como se fosse, mais uma vez, patrão de si mesmo. “Se acordar e for para o sofá, a gente acaba adoecendo, a tendência é ficar deprimido. Hoje, o aposentado procura fazer alguma coisa, caso contrário, vai para o caixão”, sentencia. De fato, o Brasil grisalho dá adeus ao sofá.

&

Assista ao vídeo com histórias das empresas que promovem a inclusão de profissionais da “geração sênior”





EDMAR BACHA

Um dos formuladores do Plano Real destaca que abertura comercial é a base para indústria e serviços produzirem mais

entrevista RENATO GALENO | fotos FABIANO BATTAGLIN

O governo recém-empossado tem de superar as práticas contaminadas pelo presidencialismo de coalizão e promover mudanças estruturais para equilibrar as finanças do País. Para o economista Edmar Bacha, o Brasil precisa de um impulso econômico que só será possível com a reformulação dos sistemas previdenciário, político e tributário. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado pela Universidade Yale, nos Estados Unidos, Bacha é um dos criadores do Plano Real e defende que a abertura comercial seria “a mãe de todas as reformas”.

“Nosso sistema empresarial é totalmente voltado ao mercado interno, com um sistema elevadíssimo de proteção contra produtos importados e, conseqüentemente, contra novos entrantes no mercado que trariam novas tecnologias”, reflete, em entrevista ao canal UM BRASIL, publicada com exclusividade na *Problemas Brasileiros*, ao defender que a abertura permitiria às empresas serem mais

competitivas e inovadoras e auxiliaria o País a deixar para trás os baixos índices de produtividade.

Com 12 livros publicados, Bacha ocupa a cadeira 40 na Academia Brasileira de Letras (ABL) e é o criador da expressão “Belíndia” – país-sede da fábula que publicou, em 1974, no extinto jornal *Opinião*. O local seria o resultado da união da Bélgica com a Índia, com leis e impostos da primeira e realidade social da segunda. Segundo ele, atualmente, o Brasil é caracterizado como “Rusmala”, combinando a corrupção russa com a miséria e violência da Guatemala. Para o especialista, o governo de Jair Bolsonaro deve se concentrar na pauta econômica em detrimento da agenda ligada a costumes e ideologias.

O bate-papo aconteceu durante o “III Fórum: A Mudança do Papel do Estado”, realizado pela FecomercioSP em parceria com o Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, braço da Universidade Columbia; a Fundação Lemann; a revista *Voto*; e o Instituto de Estudos de Política Econômica – Casa das Garças.

Ao longo dos últimos 50 anos, o senhor falou bastante sobre a necessidade de o Brasil criar mecanismos para combater a desigualdade. A tarefa de atacar esse problema é consenso, hoje, na elaboração das políticas públicas?

Quando defendi meu mestrado, há 50 anos, falar em renda mínima era ilusão literária. Pelo menos, ao longo dos anos, houve a adoção de mecanismos de transferência de renda, que terminaram no Bolsa Família e demonstraram duas coisas: com apenas 0,5% do PIB é possível lidar minimamente com o problema da extrema pobreza no País; e que essas soluções não são absolutamente incompatíveis com a retomada de um crescimento vigoroso. Hoje, temos uma consciência muito mais clara, dada a natureza gravíssima dos nossos problemas de distribuição e da ineficiência dos gastos governamentais, de que podemos de maneira efetiva adotar políticas que são simultaneamente distributivas e pró-crescimento, como a Reforma da Previdência.

Quais são as reformas necessárias para o Brasil alcançar o objetivo de atender à população de maneira geral?

Nosso grande problema político é o “toma lá, dá cá”, em que o Executivo só consegue extrair mudanças legislativas por meio de um processo de trocas – que nem sempre respeitam a ética. Isso foi o que gerou, originalmente, o mensalão e, depois, o petrolão, que revelaram o grau de distorção dos sistemas políti-

co e empresarial. O novo governo se elegeu exatamente para acabar com isso. Claro que reformas políticas dependem dos partidos, e no contexto brasileiro, com tantas representatividades, isso é difícil, mas também existem questões substanciais que precisam de atenção, cuja prioridade “número um” é a consolidação fiscal em detrimento do crescimento extraordinário da relação entre a dívida pública e o produto interno bruto (PIB), tendo perspectiva de mais crescimento ao longo dos anos caso não haja uma Reforma da Previdência.

Seria possível uma Reforma da Previdência por meio da capitalização, como sugere o novo governo?

Temos de pensar o processo em duas fases, exatamente como está na proposta de Armínio Fraga e Paulo Tafner. Primeiro, reforma-se o atual sistema, a fim de retirar todas as iniquidades, e se estabelece um equilíbrio. Para as novas gerações, progressivamente, ao longo de três a cinco décadas, passa-se para o regime de contas individuais e, depois (pelo menos parcialmente), para um sistema de capitalização.

O problema não seria a ideia, mas a maneira brusca que se pretende fazer essa reforma?

Creio que com o atual secretário da Previdência [Rogério Simonetti Marinho], que participou da proposta Tafner-Fraga, teremos um sistema um pouco mais precavido, em termos de transição, do que foi no Chile em 1973, por exemplo. Até porque o Chile não enfrentava problemas fiscais e de dívidas que temos aqui.

O senhor defende que o Brasil deveria se abrir comercialmente. Qual seria a importância dessa abertura para o crescimento nacional?

Nosso sistema empresarial na indústria e nos serviços é totalmente voltado ao mercado interno, com um sistema elevadíssimo de proteção contra produtos importados e, conseqüentemente, contra novos entrantes no mercado que trariam novas tecnologias. Temos de realizar um processo extenso de abertura comercial e de ampliação da concorrência, tanto no setor industrial como no de serviços, como condição para incorporação de novas tecnologias, sem as quais não haverá aumento da produtividade.



Essa abertura também seria positiva para o consumidor, uma vez que componentes estrangeiros estariam presentes nos produtos feitos aqui e, portanto, seriam mais baratos?

Claro. Também evidenciaria o absurdo que é nosso sistema tributário, com impostos indiretos acumulativos que encarecem sobremaneira os produtos industriais e os serviços daqui, além das importações, porque além de pagarem as tarifas de importação também tem a carga tributária interna. Ao haver a abertura comercial, que gosto de chamar de “a mãe das reformas”, explicitaria a necessidade de implantar a Reforma Tributária.

Países como Austrália e Noruega deram um salto tecnológico utilizando seus recursos naturais. O Brasil também poderia aproveitar essa abundância de recursos para melhorar a produtividade?

Sim, mas as comparações com Noruega e Austrália não cabem, porque ambos são países com a relação entre o capital natural e o número de pessoas extremamente mais elevado do que no Brasil. São países de população rarefeita e com enormes recursos naturais. O Brasil é um país com 210 milhões de habitantes e já tem indústria relativamente bem estabelecida, então, jamais poderíamos viver



Temos de realizar um processo extenso de abertura comercial e de ampliação da concorrência, tanto no setor industrial como no de serviços, como condição para incorporação de novas tecnologias, sem as quais não haverá aumento da produtividade.

como na Austrália. Mas, sem dúvida, é parte do conjunto a sábia exploração dos recursos naturais, algo que, infelizmente, nos últimos anos, não soubemos aproveitar, apesar da mudança recente da regulamentação do pré-sal. Até então, a exploração dos recursos só nos serviu de ponto de partida para a corrupção.

O que quer dizer o termo “Rusmala”, criado pelo senhor para definir a situação atual do Brasil?

Como vimos no período eleitoral, o que preocupa a população é a corrupção que contamina o governo e empresas, além da violência nas ruas. E “Rusmala” reflete essa característica de um sistema que tem uma elite corrupta, como na Rússia, aliada a uma violência nas ruas que só vemos na América Central, caso da Guatemala.

Por falar em ruas, parece que vem crescendo um movimento forte das pessoas em se manifestar espontaneamente. É um novo fator a ser considerado pelo governo?

A pressão aparece, em última análise, nas ruas, mas só tem essa força e capacidade por causa da internet. As novas tecnologias, com as redes sociais, nas quais as pessoas interagem, criaram essa massa de manobra única na nossa história recente. Aqui, no Brasil, tivemos manifestações em 2013, depois, em 2017, com os caminhoneiros que pararam o País, que culminaram neste processo eleitoral recente que os economistas deram o nome

A principal tarefa do novo governo é lidar com seus próprios impulsos, elaborar uma pauta que seja plausível e realista de ser implementada ao longo dos próximos quatro anos.

”

de “ano dos indignados”, durante o qual as pessoas demonstraram toda a sua insatisfação de maneira surpreendente, proporcionando a extraordinária renovação política que aconteceu em outubro do ano passado.

Em 2013, o senhor criou a expressão “Belíndia 2.0”, que apontava que o Brasil deveria ir além de combater a desigualdade e atender aos anseios das novas classes médias. De alguma forma esse diagnóstico explica os resultados das urnas em 2018?

Certamente. Bolsonaro ganhou as eleições se apresentando “contra tudo isso que está aí”. Os argentinos já tinham uma expressão para a crise financeira deles, que dizia “¡Que se vayan todos!”. E por isso que houve grandes mudanças nas composições das câmaras federal e estaduais, nos governos estaduais e no Senado. As ruas mandaram o recado: “Nós queremos ver uma relação do Estado e das empresas com a população distinta do que temos tido nos últimos anos”. Isso é importante para repensarmos, não apenas nossos modelos econômico e político, mas também nosso

modelo social de como nos relacionamos e criamos mecanismos de solidariedade social.

Também observamos um crescente discurso xenofóbico, em certa medida também presente no governo eleito. Como será possível criar ambiente para uma política eficiente?

Há de se ver, porque se por um lado uma ala do governo tem um discurso xenofóbico, por outro tem equipe econômica ultraliberal. Então, vamos ver como essa nova “salada” se compõe e que tipo de política vai resultar daí, porque é muito difícil ser liberal na economia e não ser liberal nos costumes.

O senhor acredita que declarações de um tipo de política externa estranha para o mundo – que se direciona para um cosmopolitismo econômico – podem afetar a recuperação econômica do Brasil?

Teremos de esperar para ver o que de fato são ações efetivas e o que é conversa fiada, porque o governo, em sua área econômica, está extremamente preocupado com integração econômica. O Fórum Mundial de Davos se tornou algo muito importante para este governo. Então, acho que vai ficar muito claro que é preciso vencer resistências que se manifestam, não por essas políticas adequadas de abertura e integração, mas por causa de palavras que não têm nada a ver com as tradições brasileiras de tolerância e não intervenção, que caracterizaram a política externa do Brasil ao longo dos anos.

O governo eleito afirma que abrirá mão do presidencialismo de coalizão e conversará diretamente com as bancadas do Congresso. Haverá possibilidade de o parlamento aprovar as necessárias reformas com bancadas corporativas tão fortes como a ruralista e a evangélica?

Certas coisas independem totalmente do parlamento, como a abertura econômica. Todo o projeto de abertura comercial pode prosseguir sem necessidade de parlamento. Os acordos comerciais, obviamente, precisam de aprovação, mas a abertura unilateral soberana pode ser feita toda por atos do Executivo. Creio que o governo terá um período “de graça”, pois parte significativa dos deputados foi eleita porque estava associada ao nome do novo presidente, portanto, é uma questão de saber lidar com a situação, evitar problemas polêmicos e que não tenham muita importância para o País, como a questão do aborto, e focar na consolidação fiscal e na Reforma da Previdência, em conjunto com a abertura comercial, que farão a economia ganhar impulso, para dar fôlego ao governo depois do fim dos primeiros cem dias de “namoro”. A principal tarefa do novo governo é lidar com seus próprios impulsos e elaborar uma pauta que seja plausível e realista de ser implementada ao longo dos próximos quatro anos.

&

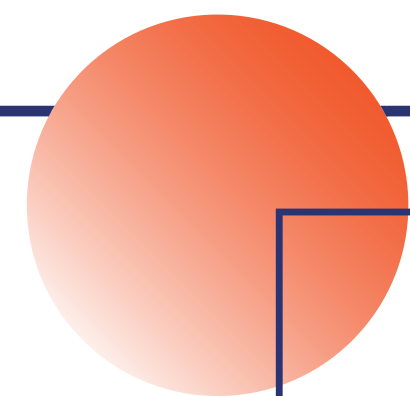
UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em
www.umbrasil.com



SMARTPHONE, O MAL DO SÉCULO

texto MARLEINE COHEN



Exageros à parte, é fato que a internet vive seus piores dias de demonização, a começar pelo fato de a compulsão por jogos eletrônicos ter sido alçada, em 2018, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), à condição de transtorno mental e incluída na sua lista de doenças. A obsessão por celulares em si ainda não é reconhecida como doença pela OMS, mas não deixa de ser percebida como problema.

Para fundamentar a preocupação de pais, educadores, pesquisadores e psiquiatras com relação à “nomofobia” (abreviação, em inglês, de *no-mobile-phone phobia*), estudos vêm trazendo à tona as consequências físicas e psicológicas associadas à dependência do celular. E elas não são nada desprezíveis.

QUÍMICA CEREBRAL EM XEQUE

De acordo com um estudo liderado por cientistas da Universidade de Seul, na Coreia do Sul, a fixação no celular já pode ser considerada uma compulsão. O uso excessivo produz alterações químicas no cérebro, com reações e até síndrome de abstinência parecidas com o que enfrentam os viciados.

O trabalho sul-coreano observou hábitos de 19 adolescentes com idade média de 15,5 anos, clinicamente diagnosticados como viciados em celular. Usando um tipo especial de ressonância magnética que analisa a composição química do cérebro, os cientistas compararam os resultados obtidos com os de um grupo de jovens que usam o aparelho, mas não têm características de dependência. A pesquisa também levou em conta aspectos sociais:

o quanto o contato com a tecnologia afetava o convívio familiar, a produtividade, a rotina diária, a vida social e a forma de lidar com emoções. Conclusão: os adictos apresentam, entre outros, mais incidência de insônia e grau de impulsividade.

Outra descoberta foi entender como a nomofobia interfere na química cerebral. Entre os jovens dependentes investigados, os pesquisadores encontraram oscilações dos níveis de ácido gama-aminobutírico (GABA) e de glutamato-glutamina (Glx), neurotransmissores essenciais ao bom funcionamento do organismo. “Uma razão entre GABA e Glx muito maior no córtex cingulado anterior, região que regula as emoções, foi significativamente correlacionada às escalas clínicas de dependência em internet e smartphone, além de depressão e ansiedade”, concluíram os pesquisadores.

Os resultados foram corroborados por outros estudos – notadamente o da Sociedade de Radiologia dos Estados Unidos, país onde se calcula que 92% dos adolescentes acessem a web todos os dias, em geral por meio de smartphones. Um em cada dois americanos afirma não conseguir mais viver sem celular com acesso à internet, segundo pesquisa do Pew Research Center.

Segundo a psicóloga Jean Twenge, cujas investigações estão reunidas no livro *iGen: Why Today's Super-Connected Kids Are Growing Up Less Rebellious, More Tolerant, Less Happy – and Completely Unprepared for Adulthood – and What That Means for the Rest of Us*, lançado no ano passado, jovens que passam três horas ou mais nas redes sociais são 35% mais suscetíveis à depressão e ao suicídio em comparação a usuários que gastam menos de uma hora online. Entre os internautas que navegam cinco horas ou mais, esse número sobe para 71%.

MENOS HORMÔNIOS

Entre crianças, o uso exacerbado do celular é ainda mais nocivo: inibe o sono e atrapalha o processamento de hormônios essenciais ao desenvolvimento durante o repouso. A conclusão é do King's College, de Londres, que realizou pesquisa mundial com 125.198 crianças e adolescentes com idades entre seis e 19 anos, na qual o uso do celular antes de dormir foi associado à má qualidade do sono e a doenças como obesidade e depressão infantil.

Entre os hormônios cuja produção fica comprometida, cita-se o GH, que atua sobre o crescimento, além da leptina (hormônio da saciedade), do cor-



BRASIL CONECTADO

MAIS CELULARES DO QUE GENTE

Há 120 milhões de usuários de internet no Brasil, de acordo com a ONU. O número coloca o País em quarto lugar no ranking mundial, atrás de Estados Unidos, Índia e China. Havia nada menos do que 198 milhões de smartphones em operação no ano passado, segundo a FGV.

AVALANCHE DE MENSAGENS

Em 2016, o País era o segundo que mais usava o WhatsApp, depois da África do Sul, de acordo com dados do Mobile Ecosystem Forum (MEF).

SEM ESGOTO, MAS COM CELULAR

O IBGE levantou que, em 2016, o total de 92,3% dos lares (perto de 64 milhões) tinham pelo menos um smartphone, enquanto 66% (20,6 milhões) não dispunham de infraestrutura sanitária adequada.

MORTE NO TRÂNSITO

Cerca de 150 pessoas morrem por dia no Brasil ao manusear o celular enquanto dirigem, de acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet). O uso do celular ao volante é a terceira causa de morte no trânsito, atrás de excesso de velocidade e embriaguez.

tisol (controla inflamações, alergias e estabilidade emocional) e de TSH (estimulador da tireoide).

A forte luz azul emitida pela tela do aparelho também gera uma excitação no usuário que compromete o início do relaxamento. Um estudo da Universidade de Haifa, em Israel, constatou que ela freia a secreção de melatonina, hormônio que prepara o corpo para o descanso. Essa luz também desregula o relógio biológico na medida em que não permite que o organismo ative o mecanismo natural de redução da temperatura corporal, que atinge seu nível mais baixo durante a madrugada e volta a subir perto da hora do despertar. Mesmo se os olhos já não captam a luminosidade no escuro, ela fica impregnada no cérebro, que a decodifica e mantém o estado de vigília.

Ao lado das alterações hormonais, as crianças dependentes do celular (e não só elas) apresentam outros problemas: estão cada vez mais míopes e recurvadas. Segundo estudo do médico especialista Ken Hansraj, cirurgião-chefe do New York Spine Surgery & Rehabilitation Medicine, as lesões na coluna são facilmente compreensíveis quando se sabe que aproximadamente 4,7 horas diárias de internet correspondem à pressão de 27 quilos sobre as vértebras cervicais, ou o equivalente a uma criança de oito anos sendo carregada nos ombros.

REFÚGIO DE PRAZER

Para Sandra Peu, psiquiatra da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), “mais do que uma evolução tecnológica, o aparelho celular trouxe uma revolução na comunicação, que leva a mudanças na estrutura do pensamento”.

A projeção tem aspectos bons e ruins. Se, de certa forma, o celular expande os acessos ao

“O PROBLEMA NÃO É O CELULAR EM SI, MAS A FORMA COMO SE LIDA COM ELE. O VÍCIO SE CARACTERIZA POR UMA CONDIÇÃO EM QUE O VIRTUAL PASSA A ATRAPALHAR O REAL.”

EDUARDO GUEDES, pesquisador do Laboratório de Pânico e Respiração do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estudioso dos transtornos de dependência de redes sociais

conhecimento e à informação, otimiza o tempo e encurta as distâncias, além de lapidar o indivíduo para atuar no modo *multitasking* (habilidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo), por outro lado, também é uma “prótese social” – um instrumento de controle e censura que permite refrear avaliações negativas e “lustrar o ego” na medida do necessário.

Para Eduardo Guedes, pesquisador do Laboratório de Pânico e Respiração do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estudioso dos transtornos de dependência de redes sociais no Delete, “o problema não é o celular em si, mas a forma como se lida com o aparelho”. Segundo ele, o vício se caracteriza por uma condição em que o virtual passa a atrapalhar o real, quando o indivíduo não tem mais controle da situação.” Os resultados são previsíveis: “A tecnologia se transforma em refúgio de segurança e prazer, proporcional ao número de curtidas que se recebe nas redes sociais, e a pessoa fica refém das notificações do celular”, explica.

“A insônia e o isolamento social são frequentes e, além disso, a interrupção ou a ideia da possibilidade de ser privado das funcionalidades do aparelho acaba gerando desde um leve aborrecimento até uma ansiedade intensa, com sintomas físicos como palpitações, sudorese, distúrbios gastrointestinais ou rompantes de agressividade”, diz Sandra.

Mas não é só isso: com o tempo e o uso desmedido do aparelho, os prejuízos cognitivos se acentuam. “O internauta fortemente dependente da tecnologia começa a ter dificuldades de oratória e de formulação de enunciados”, pois se acostuma a falar a linguagem cifrada da internet, “e experimenta dificuldades para fazer leituras de ambiente”, habilidade que só o contato real proporciona, completa o pesquisador do Delete, informando que um estudo do nível de dependência do brasileiro, realizado pelo núcleo com 30 mil pessoas, permitiu traçar três perfis: o usuário consciente; o que precisa de etiqueta digital e de conscientização; e o dependente.

MULTITAREFAS E DISPERSÃO

Há mais um aspecto a ser levado em conta em relação à compulsão pelo virtual: o desgaste da capacidade de se concentrar. Como o celular é uma arma de distração em massa que se carrega no bolso, ele acabou gerando uma nova espécie de receio – de “ter perdido algo” ou de “estar por

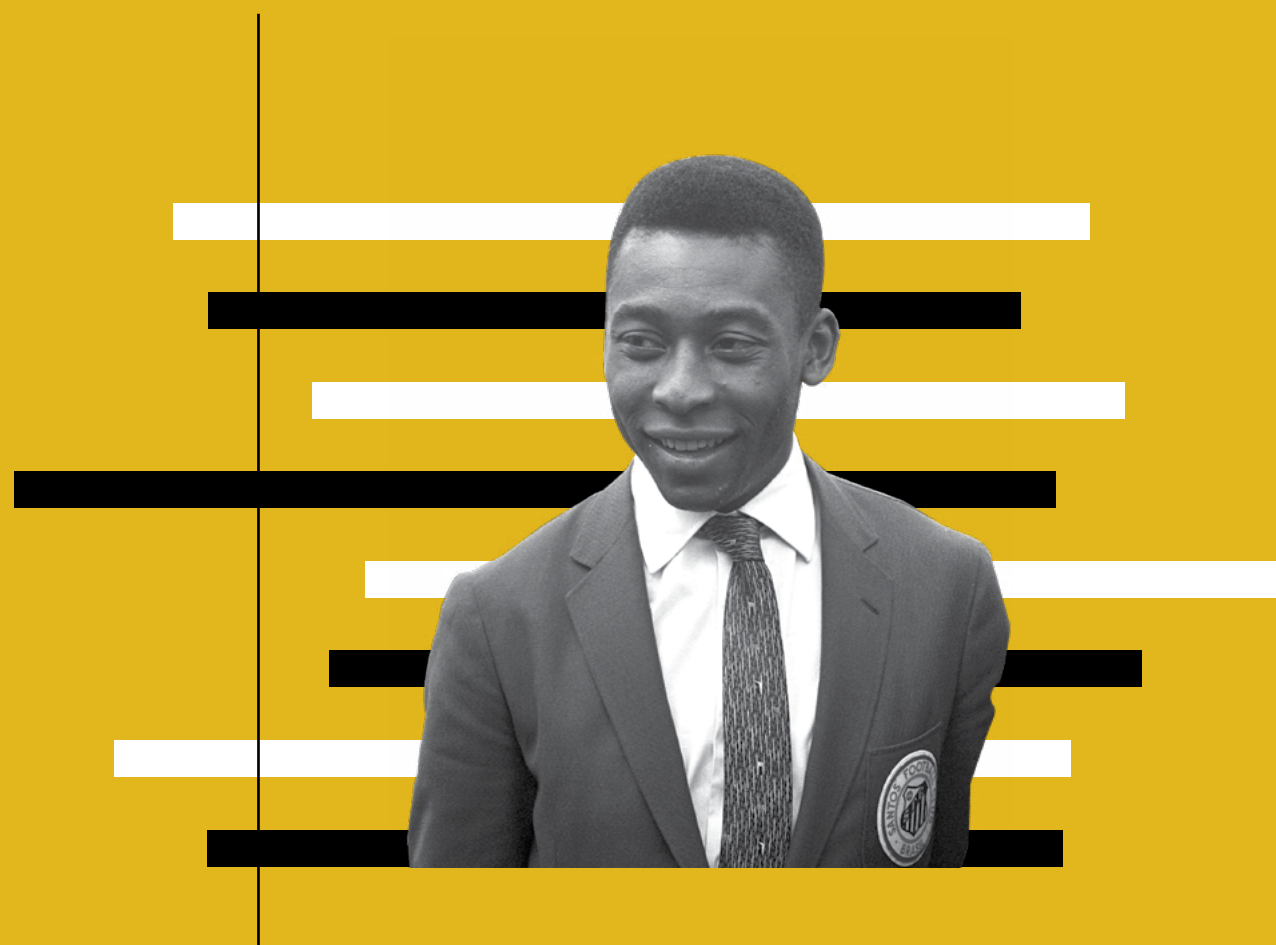
fora” do ecossistema digital (em inglês, *fear of missing out*, ou “fomo”). Resultado: há uma verdadeira corrida pelo controle da informação na web, para monitorar não só a vida alheia, como o número de curtidas que um post rendeu ou as novidades em matéria de *fake news*. Essa é a função do sistema de notificações dos apps, propositalmente criado para induzir o cérebro humano a fiscalizar as novidades.

Segundo estudos realizados pela Nottingham Trent University, na Inglaterra, e confirmados pela Apple, uma pessoa aciona entre 80 e 110 vezes por dia o seu smartphone – nove vezes nas horas de pico, com incidência maior entre 17h e 20h –, em busca de descargas de dopamina proporcionadas pelo consumo dessas pílulas de informação e equivalentes ao prazer que o cérebro de um fumante sente ao acender um cigarro. Segundo uma pesquisa do Media Lab, do Massachusetts Institute of Technology, quem trabalha no computador chega a mudar de tela – ou o foco da atenção – a cada 47 segundos. Em 2000, o *gap* médio de atenção humana era de 12 segundos; hoje, um ser humano consegue se concentrar sem se distrair cerca de 2,8 a 8 segundos.

“Mentes errantes, mentes infelizes”, afirmavam, em fins de 2010, em artigo científico na revista *Science*, os pesquisadores Matthew A. Killingworth e David T. Gilbert, depois de inserir um aplicativo no celular de 5 mil pessoas de 83 países para coletar em tempo real informações sobre seus pensamentos, sentimentos e sensações.

Não há felicidade sem atenção e foco, concluíram eles, posteriormente. Resta saber a quem interessa um ecossistema digital que promova alienação e distração.

&



PELÉ: CRIADOR DE SEUS PRÓPRIOS LIMITES

texto JORGE CALDEIRA

M

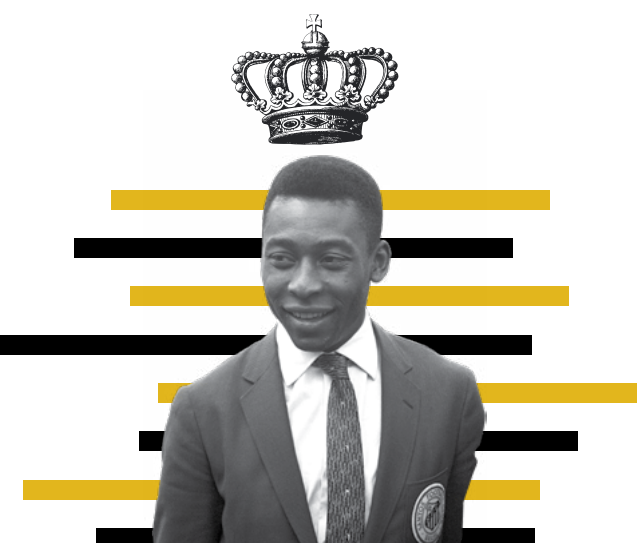
Menino, eu vi. Tinha talvez cinco anos, o que daria algo como 1960 ou 1961. Como parte da família morava em Santos, íamos sempre para lá. Dois tios orgulhosos proprietários de cadeiras cativas no estádio Urbano Caldeira, arranjaram ingressos para meu pai e meu irmão. O Chevrolet 1954 azul foi deixado no estacionamento da Beneficência Portuguesa, que também ficava na Vila Belmiro.

Era um estádio bem mais modesto que o Pacaembu, onde já tinha ido. Mirrado mesmo. Arquibancadas de dois andares, só de um lado do campo e atrás de um dos gols. Na outra lateral, apenas um lance pequeno. Atrás de um gol, um muro precário com altura suficiente para impedir que as pessoas vissem o jogo da rua. Cada chute mais alto, uma bola sumia na rua. Campo maltratado, iluminação de boate.

Entram os times. Santos e um dos pequenos da época (talvez São Bento de Sorocaba, XV de Piracicaba, Ferroviária de Araraquara, Jabaquara de Santos. Vi todos, não lembro exatamente qual foi o primeiro, mas não importa). A história era sempre a mesma: olhavam para ele. Impreterivelmente. Inapelavelmente. E ali ficavam os olhos. Ele sabia. Todos sabiam. Os adversários sabiam mais que todos.

Como diria Arnaldo Cezar Coelho, a regra era clara. Tudo dependia de Pelé. Se ele estivesse num dia normal, lá pelos 15 minutos do primeiro tempo, a questão secundária do placar já estaria decidida. Dois (ou três) a zero. Como o time jogava muitas vezes por ano (até cem partidas), começava a tocar bola no ataque.

Dava até para olhar para os outros (na época de meu primeiro jogo: Gilmar, Dalmo, Mauro, Calvet e Geraldino; Zito, Mengálvio, Coutinho e Pepe). O adversário tomava baile contrito, hu-



DO MOMENTO QUE PISAVA EM CAMPO ATÉ O PRIMEIRO DEGRAU DO VESTIÁRIO NA VOLTA, OS OLHOS DE TODOS SE FIXAVAM EM PELÉ – ALGUMAS VEZES, DEPOIS DE DERROTAS DO CRAQUE, COM AQUELA IMPRESSÃO DE QUE ELE ERA UM SIMPLES MORTAL

milde. Um ou dois gols a mais aconteciam quase sempre. Mais raro era o chamado “gol de honra” do adversário. E fim.

Veza ou outra, Pelé não engrenava. Alguém costumava resolver o caso (geralmente Coutinho ou Pepe). Mas, muito raramente – muito mesmo –, o time perdia em casa. A torcida reclamava pouco.

Demorei pouco tempo para perceber que um jogo com Pelé era uma coisa, e um jogo de futebol, outra – bem menos atraente. Como eram tempos mais tranquilos, desde algo como oito anos comecei a receber autorização de meus pais para pegar bonde em Santos. Mais jogos na Vila e outros tantos no Ulrico Mursa, estádio da Portuguesa Santista.

Este era ainda menor que a Vila Belmiro. O alambrado na linha de fundo corria junto da linha – e havia um “U” atrás do gol. A torcida ficava a coisa de um ou dois metros do goleiro. Torcedores jogavam moedas no goleiro adversário enquanto o xingavam.

As diferenças eram poucas. Havia quem vaiasse Pelé quando ele entrava em campo. Um ou outro adversário ganhava confiança para um olhar menos humilde, raramente desafiador. A torcida pedia garra.

Os resultados eram iguais. Antes da metade do primeiro tempo, a fatura costumava estar

liquidada. Havia apenas um pouco mais de cuidado na troca de bola para não dar a impressão de que o humilhado adversário estava, de fato, sendo escrachado.

Um pouco maior, talvez pela altura dos 12 anos, recebi minhas primeiras autorizações para ver Pelé nos estádios dos times grandes de São Paulo. Aí a torcida do adversário era sempre maior, com pequenas variações de comportamento. No Parque Antártica, os palmeirenses tinham confiança: o time de Dudu e Ademir da Guia era o único a obter a façanha de ganhar o Campeonato Paulista na Era Pelé. Djalma Dias tinha a fama de ser o único zagueiro capaz de parar o craque na bola.

Mas nada disso mudava o essencial: do momento que pisava em campo até o primeiro degrau do vestiário na volta, os olhos de todos se fixavam em Pelé – algumas vezes, depois de derrotas do craque, com aquela impressão de que ele era um simples mortal.

Já no Pacaembu, as coisas eram muito diferentes. Ali era a casa do Corinthians, que não tinha estádio. Ali, a *Fiel* comparecia em massa. Ali, a torcida do Santos era calada sempre. Ali, todos desafiavam.

Pelé entrava em campo com a mesma singeleza de sempre. Educado, calmo, controlado. O juiz apitava, o destino implacável dominava a mente dos jogadores, dos vendedores de picolé, dos policiais, dos torcedores. Acontecesse o que acontecesse, ele ganhava o jogo. Goleadas humilhantes nos bons dias, viradas espetaculares nos maus.

Era pequeno, mas percebi. A força da torcida a seu favor era retribuída com lembranças agradáveis. Mas ele tinha gana igual para ser lembrado como o grande pesadelo da massa corinthiana. E assim fazia história.

Em 1968, o Corinthians montou um grande time, contratou o técnico do Santos. Não vi o jogo do dia 6 de março, quando finalmente o *Timão* ganhou por dois a zero, e a torcida saiu

REI PELÉ

1959

Pelé marcou o gol que considera o mais bonito entre os 1.281 de sua carreira em um jogo contra o Juventus. Como não há registro em vídeo, o lance – com três chapéus, incluindo o goleiro – foi recriado em computação gráfica para o filme *Pelé Eterno*. Nessa ocasião, surgiu a comemoração com um soco no ar em resposta à torcida do time da Rua Javari.

1969

O milésimo gol do craque aconteceu em um pênalti batido contra o Vasco, no Maracanã. Para que o feito histórico ocorresse em um momento emblemático, no jogo anterior contra o Botafogo da Paraíba, após marcar o 999º gol, Pelé substituiu o goleiro Jairzão, que simulou uma contusão.

1974

O Corinthians foi o clube que mais sofreu com o seu talento, levando 51 gols em 50 jogos. Em 17 anos enfrentando o *Timão*, Pelé venceu 25 jogos, empatou 16 e perdeu nove. Mas no último embate contra o clube paulista, o Santos perdeu por um a zero, com um gol de Rivellino.

Fonte: *Terceiro Tempo*

gritando: “Um, dois, três, o Santos é freguês”, depois de 11 anos de derrotas. Mas Pelé acabou campeão paulista.

No ano seguinte, o Corinthians, em desespero, conseguiu uma mudança nas regras: um *playoff* no lugar de pontos corridos. Por ironia do destino, o time teve um primeiro turno espetacular, que terminou com outra vitória sobre Pelé. Mas dois jogadores morreram num acidente de automóvel, quebrando o embalo do time. Ainda assim, acabou com mais pontos que todos. Seria o campeão pela regra antiga.

Nessa altura, já tinha autorização de meus pais para, do alto dos meus 13 anos, entrar no estádio do Morumbi (ainda em obras) lotado, com duas torcidas urrando. Acreditem, naquele tempo, uma criança como eu não tinha o menor motivo para ter medo. Era tudo festa. Nem havia separação de torcidas.

O time do Santos já tinha mudado quase todo: Claudio, Carlos Alberto, Ramos Delgado, Djalma Dias e Rildo; Clodoaldo e Lima; Toninho, Pelé, Edu e Abel. Dez jogadores de seleção nacional (nove da brasileira, mais Ramos Delgado da seleção argentina).

Mas tudo foi como sempre. Olhos postos em Pelé. Um gol que incluiu um chapéu em dois corinthianos num único toque. Porta aberta para mais um campeonato.

A essa altura, já havia transmissão regular pela televisão. O time do Santos jogava em casa em qualquer estádio do mundo. Pelé era o centro dos olhares nos grandes estádios e nas esplanças das excursões caça-níqueis. O tempo dos limites havia passado: eu não era mais um privilegiado pela presença em Santos. Agora todos sabiam o que era um rei.

A magia da presença pessoal era menos intensa na televisão. Mas fez memórias que se transformavam em números capazes de dar uma dimensão da obra futebolística de Pelé.

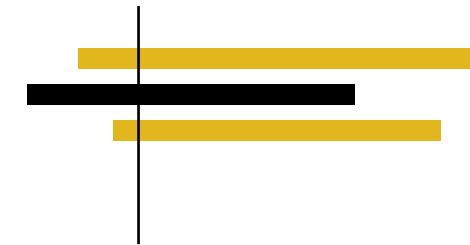
Entre 1958 e 1969, o Santos ganharia oito títulos paulistas (em 1958, Pelé marcou 58 gols em 38 jogos, recorde até hoje não superado) – até o fim da carreira no time, em 1974, seriam dez títulos. Venceu quatro torneios Rio-São Paulo. Seis Taças do Brasil (o campeonato brasileiro da época), cinco em seguida. Duas Libertadores da América e dois Mundiais de Clubes.

O time do estádio modesto de minha infância era o padrão mundial. Tudo girando em torno de olhar Pelé.

Na seleção brasileira, a mesma coisa. Em seu jogo de estreia em campeonatos mundiais, fez seu primeiro – e antológico – gol na competição dando um chapéu no adversário. No quarto, ainda com 17 anos, ganhou o primeiro campeonato mundial para o Brasil. Disputou quatro Copas do Mundo, ganhou três. Ao todo, foram 92 jogos na seleção, com 77 gols. Em termos estatísticos, nada se compara até hoje com o desempenho nas 40 partidas em que jogou junto com Garrincha: 36 vitórias, 4 empates, nenhuma derrota.

Somando tudo, na carreira que terminou em 1977, foram 1.367 partidas e nada menos que 1.282 gols, o que dá uma média de 0,94 por partida. Ao longo de 20 anos.

O conjunto da obra permanece até hoje inalcançável por qualquer outro jogador. E isso no esporte mais popular do mundo, o praticado por mais gente. Isso é Pelé, criador de seus próprios limites.



BRASIL

PONTO DE PARTIDA?

Fabio Barbosa e Nicola Calicchio, Bernard Appy, Cláudia Costin, Patricia Ellen, Marcelo Caetano, Renato Sérgio de Lima, Paul Procee e Otaviano Canuto são os

protagonistas de **BRASIL: PONTO DE PARTIDA?**

A série, produzida pelo canal UM BRASIL em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP), traça um diagnóstico do País de hoje e reflete sobre a importância de planejamentos de médio/longo prazos.



SÃO OITO EPISÓDIOS IMPERDÍVEIS PARA QUEM NÃO QUER MAIS A PROMESSA DO "PAÍS DO FUTURO".

1. A importância de planejamento estratégico, gestão e visão de longo prazo para o País
2. A importância das reformas para o Brasil (da Previdência e Tributária)
3. Como garantir uma educação de qualidade para todos
4. Os desafios da saúde no Brasil
5. Reforma da Previdência
6. A crise de segurança pública no Brasil
7. Infraestrutura e competitividade
8. Desafios para um desenvolvimento econômico saudável/sustentável

AMAPÁ

NATUREZA PARA GERAR RIQUEZA

A fim de fortalecer a economia, o Amapá está indo além da valorização de suas robustas vantagens naturais – como a Floresta Amazônica, rios em profusão e a proximidade com o mercado europeu – e investindo nas bases para ampliar o setor agrário, com destaque para a cadeia da soja, cuja produção já reforça o PIB estadual.

texto LEDA ROSA

N

No Amapá, 2019 começou com uma ótima novidade para a economia: a regularização fundiária. A medida, assinada pelo governador reeleito Waldez Góes, é parceria do governo do Estado com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Exército Brasileiro. Na prática, trata-se do fim de um dos maiores desafios da economia amapaense: a posse da terra.

“O problema das terras é um grande entrave. O produtor não desfruta do crédito porque o título dele de posse da terra não tem validade jurídica. A regularização das terras vai viabilizar o acesso dos agricultores aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e de outras linhas de crédito que atendem à agricultura e à agropecuária da região”, diz Eduardo Tavares, titular da Secretaria de Planejamento (Seplan) do Estado do Amapá.

As áreas inclusas na mudança estão divididas em 20 glebas. No mapa, significam perto de 25% do território estadual, que totaliza 142,8 mil quilômetros quadrados. Os 75% restantes são unidades de preservação e conservação já estabelecidas. Tavares salienta que “no principal eixo de produção do agronegócio, que é o cerrado, tem muita gente sem [documentação com] validade jurídica”.

Os problemas de propriedade da terra são antigos. Mesmo quando deixou de ser território e passou à categoria de Estado, em 1988, o Amapá não tinha a posse de 95% de seu território. A situação só foi corrigida em 2016, na regulamentação da Lei n.º 11.949, de 2009.

FRONTEIRA AGRÍCOLA

Resolver o impasse das propriedades fomenta a agropecuária, segmento no qual a soja se destaca desde 2010. De 2013 a 2017, a área plantada no Amapá quadruplicou, passando de 4,55 mil para 18,9 mil hectares, segundo dados do Conselho Regional de Economia do Pará e Amapá (Corecon-PA/AP). “Temos pouco mais de 20 mil hectares de área plantada com soja e milho que já rendem produção de mais de 50 mil toneladas ao ano”, afirma

o economista do Corecon-PA/AP, doutor em desenvolvimento sustentável e vice-presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (Agência Amapá), Joselito Abrantes.

A soja pode ganhar escala e se tornar a principal atividade econômica do Estado pelo potencial que demonstra, calcula a Seplan, tomando como base a demanda mundial crescente e o espaço para novas plantações. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Amapá tem 1 milhão de hectares de cerrado, dos quais 400 mil estão disponíveis para o plantio e mapeados. Cálculos da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) indicam que, se as lavouras da leguminosa ocupassem tal terreno, seriam criados cerca de 32 mil empregos na região.

O município de Itaubal do Piririm, a 110 quilômetros da capital do Estado, Macapá, é exemplo da força da novidade. Ali se concentram 90% das plantações amapaenses, segundo a Aprosoja. “O Amapá tem potencial para ocupar esses 400 mil hectares com plantio de grãos”, calcula Abrantes.

“Temos muitos produtores do Mato Grosso e do Paraná que estão migrando para cá para desenvolver atividades agropecuárias ligadas à soja e ao milho. A economia do Estado começa a ter um novo perfil com esse segmento”, analisa o economista, referindo-se ao impacto da soja no produto interno bruto (PIB) estadual. O cultivo é responsável por 50% do PIB do Amapá e gera mais de R\$ 6 bilhões ao ano (dados da Seplan). Segundo o IBGE, em 2014, o PIB do Estado alcançou R\$ 13,5 bilhões. No ano seguinte, somou R\$ 13,8 bilhões. Em 2016 (dado disponível mais recente), foi de R\$ 14,3 bilhões.

Desde 2014, a soja do Estado é vendida para países como China, México, Israel e Espanha, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Em 2017, já era o terceiro item na cesta de exportações amapaense, com 8% do total, só perdendo para ouro (61%) e madeira em pedaços (21%). Um ano antes, estava em quarto lugar (4%), atrás de ouro (68%), madeira (19%) e produtos manufaturados (5,3%).

Segundo o sexto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE em 2018, a safra do Amapá deve crescer 6,8% frente à de 2017, em relação aos cereais e às leguminosas e oleaginosas. A previsão é que o total da colheita chegue a 62,6 mil toneladas. Desse montante, 58 mil toneladas devem ser de soja. Se confirmado, o resultado superaria a produção de Amazonas, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A expectativa de ampliação da área plantada amapaense é de 6%, e, novamente, a soja é a maior aposta. A cana-de-açúcar e a mandioca também devem registrar expansão das roças.

Pelos dados do IBGE, a previsão para a safra corresponde a 0,7% do total colhido nos sete Estados da Região Norte. “O Ama-

pá está apenas começando, tem muito potencial para desenvolver”, garante Tavares, da Seplan.

NOVAS FRENTES

A expansão da soja impulsiona outros setores, incluindo a indústria. “Em fevereiro de 2019, já vamos ter funcionando em Macapá uma grande fábrica de ração animal. A produção vai diminuir o preço da ração, que é muito elevado e acaba se tornando um gargalo para a piscicultura, ramo no qual o Amapá tem grande potencial por causa dos muitos rios e lagos. Esse alto custo atinge ainda a suinocultura e a criação de frangos. Com a ração produzida aqui, com base em insumos das lavouras de soja e milho locais, devemos ter queda nos preços e o consequente fortalecimento desses segmentos de proteína animal”, destaca Abrantes.

Para reforçar o apelo à instalação de novas indústrias, o governo conta com a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFV), iniciativas que acenam aos investidores com regime fiscal que integra vantagens específicas, como a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e benefícios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS).

“Em agosto do ano passado, tivemos a implantação de uma indústria de painéis solares de Minas Gerais. Trata-se de um *player* de relevância no mercado nacional”, diz Tavares.

DEPENDÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

“O Amapá é um Estado subsidiado”, admite o secretário do Planejamento, e detalha a dependência na composição setorial do PIB estadual: 44% vêm das verbas públicas; serviços contribuem com 29%; comércio soma 13%; construção civil, 8%; indústria de transformação tem 4% do bolo; e agropecuária, 2%.

A mineração, que injeta 0,3% no PIB, já foi a principal atividade econômica e, segundo Tavares, “a principal justificativa para o Amapá ser convertido em território e depois em Estado. Mas por vários problemas, como o preço do minério no mercado internacional, o Estado acabou vendo essa atividade sucumbir e, agora, busca alternativas”.



Lalo de Almeida/Folhapress



JB NETO/Estadão

“Em termos práticos”, acrescenta o secretário, “o Amapá precisa efetivamente estruturar uma matriz econômica, e, para isso, o eixo de desenvolvimento econômico é o principal a ser trabalhado. Sem ele, nenhum outro eixo vai poder se sustentar”.

Segundo o Plano Plurianual 2016/2019, da Seplan, a resposta a esse cenário é a ampliação em quantidade e qualidade do setor privado, o que elevaria a base de arrecadação própria do governo, que poderia oferecer mais e melhores serviços públicos para a sociedade. Ao longo do tempo, haveria redução da dependência das transferências governamentais da União, que hoje chegam a 73% da receita pública estadual (Seplan, 2015).

Vista do Porto de Santana que está sendo preparado para exportação de soja, em Macapá

Mercado Municipal do Produtor de Macapá, onde os produtores rurais da região levam seus produtos para serem vendidos

A subordinação às verbas públicas impacta diretamente o balcão do comércio. “O principal desafio para o varejo amapaense continua sendo a “economia do contracheque”. A região tem muito a evoluir na diversificação dos setores econômicos e produtivos para deixarmos a grande dependência que existe sobre a folha de pagamento do Estado”, ressalta o diretor de compras do Center Kennedy, rede de 12 lojas especializadas em móveis e eletroeletrônicos, Diogo Xavier.

A sujeição ao pagamento dos funcionários públicos, segundo Xavier, ficou ainda mais desafiadora com a crise fiscal, que faz o governo estadual atrasar e parcelar os salários dos servidores desde 2015. “Sentimos diretamente o resultado na rotina de compras do consumidor”, afirma o diretor.

A situação do Center Kennedy se reflete em todo o comércio. “De forma muito macro, estamos em queda desde 2015, mas confiando na mudança de governo do País, 2019 será o ano da recuperação do Amapá”, afirma o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá (Fecomércio AP), Eliezir Viterbino. Além da crise nacional, ele lembra que o empresário do setor ainda enfrenta a “carga muito alta de impostos para comércio e serviços” e a falta de segurança, “outro motivo que eleva nossos custos, seja com segurança própria, seja com monitoramento”.

No serviços, Viterbino lembra a dificuldade da qualificação da mão de obra e ressalta o trabalho conjunto da Fecomércio AP com o Senac local, no Banco de Empregabilidade do Comércio (BEC), em operação desde o fim de 2018. A iniciativa promove a capacitação dos trabalhadores e faz ponte com empresas que estejam em busca desses profissionais.

No turismo, o presidente da entidade diz que, para 2019, as prioridades são fazer um grande inventário turístico que mostre os recursos e desafios do setor e construir, até 2021, o Centro de Convenções, em Macapá, com capacidade para 2 mil pessoas.

Na indústria amapaense, o segmento de relevo no PIB estadual é a construção civil, que também sofre, desde 2015, com a crise. “Tivemos desempenho decrescente. No ano passado, a queda foi de 30% na demanda. Os poucos momentos de estabilidade foram motivados pelas obras do PAC [*Programa de Aceleração do Crescimento*] e do Minha Casa Minha Vida. Ainda assim é preocupante”, afirma o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) do Amapá, Glauco Cei. Para ele, a dependência das

verbas públicas é, aqui também, a causa do recuo. “Nossa economia gira em torno do contracheque, portanto, o grau de investimento é baixo.”

INFRAESTRUTURA

Para atrair mais companhias e melhorar a situação para as já existentes, o governo reconhece que precisa investir na infraestrutura, especialmente em transportes. “É prioritária a integração dos municípios por redes regionais. Nesse sentido, alinhamo-nos com a nova agenda nacional e vamos investir, cada vez mais, nas parcerias público-privadas (PPPs). O Estado deixará de trabalhar como executor daquela política para se tornar parceiro e fiscalizador”, destaca o secretário do Planejamento.

Em 2018, foi celebrada a primeira PPP amapaense, na obra de construção do terminal rodoviário de Macapá. Segundo Tavares, a ideia é replicar o formato nos terminais dos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque e no terminal hidroviário que será erguido em Santana.

O governo negocia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pretende abrir concessão da Estrada de Ferro Amapá, ferrovia desativada de 194 quilômetros que escoava a produção mineral até o Porto de Santana. “Vamos resgatar essa ferrovia, que corta a área central do Amapá”, ressalta o titular da Seplan, “e é propícia para o manejo de madeira e o agronegócio”.

Nas rodovias, vitais para o agronegócio, os planos de melhorias focam a BR 156, que atravessa o Estado, de Laranjal do Jari até o Oiapoque. Outra prioridade, diz Tavares, é a ponte sobre o Rio Matapi. “Porque une o sul e sudeste do Estado com Santana e o Rio Amazonas, nossos pontos focais da área portuária.”

CORREDOR LOGÍSTICO

Além da crescente produção local, a soja começa a render novos recursos para o Estado, como um

corredor logístico para exportação. “Pela BR 163 está se construindo nova rota para a soja vendida para outros países. A mercadoria vai sair de Mato Grosso e do Paraná e entrar pelo Pará. Grande parte vai sair pelo Pará mesmo, mas outra grande parte vai ser embarcada no Porto de Santana”, conta Abrantes.

Para Abrantes, “o custo de exportação, mesmo vindo pelo modal rodoviário até o Pará e depois de barça para o Amapá, fica 30% mais barato do que exportar pelo Porto de Santos e por Paranaguá. Isso em razão das altas tarifas desses portos e pela maior proximidade do Amapá dos mercados internacionais, o que diminui a viagem entre cinco e sete dias”. A localização estratégica no extremo norte do País faz do Amapá o Estado brasileiro mais próximo dos mercados compradores de soja e milho, como China e União Europeia. Segundo a Aprosoja, essa diferença logística favorece a competitividade da produção do Amapá frente aos gigantes nacionais. As contas da entidade indicam que o custo total do frete amapaense chegou a US\$ 50 por tonelada, contra US\$ 80 do Paraná e US\$ 120 no Mato Grosso.

A efetivação do corredor, porém, não é tão simples. “Temos demora nos licenciamentos ambientais; é outro gargalo, nacional, aliás, para as empresas. Com o novo governo federal, que já se pronunciou sobre a necessidade de agilizar esses processos, deve melhorar”, diz Abrantes.

Na visão do diretor de Planejamento Territorial e Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Eugênio Pantoja, a questão essencial é que o corredor logístico seja baseado em um plano de desenvolvimento territorial. “Toda obra de infraestrutura traz risco ambiental, e essa não seria diferente. É uma grande oportunidade para o Estado fazer um planejamento territorial, com todas as salvaguardas necessárias, no qual esse corredor esteja integrado, não meramente como uma passagem, mas como vetor de desenvolvimento de forma sustentável, que respeite o meio ambiente, valorize as comunidades locais e reduza ao mínimo o risco em termos de impacto ambiental.”

TESOURO VERDE

Entre as políticas de valorização dos ativos ambientais, o Amapá sai na frente do resto do País, porque tem 75% de florestas preservadas em unidades de conservação e terras indígenas. Mesmo

“O AMAPÁ PRECISA EFETIVAMENTE ESTRUTURAR UMA MATRIZ ECONÔMICA, E, PARA ISSO, O EIXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO É O PRINCIPAL A SER TRABALHADO. SEM ELE, NENHUM OUTRO EIXO VAI PODER SE SUSTENTAR.”

EDUARDO TAVARES, secretário de Planejamento do Amapá

assim, segundo Pantoja, os principais desafios incluem a conservação das florestas, para evitar desmatamento, e o uso sustentável dos ativos ambientais junto com o fortalecimento das cadeias produtivas ligadas ao uso adequado da biodiversidade, de forma a atribuir valor econômico a esses produtos e serviços.

Exemplo prático de fortalecimento da cadeia produtiva sustentável é o do açaí, projeto do Ipam com financiamento do BNDES que começa a ser executado no primeiro semestre de 2019. As ações envolvem desde a formação da mão de obra até a logística, com compra de barcos para o transporte. E já foi assinado termo de compromisso com uma empresa local para a venda de toda a produção.

Outra iniciativa é o Tesouro Verde, lançado pelo Estado no ano passado. “O programa mensura os serviços ambientais ao Amapá para esse patrimônio florestal e destina essa receita especificamente para os movimentos de regularização fundiária e fomento a atividades sustentáveis, como painéis solares e transporte inteligente”, detalha Tavares, destacando que o programa mostra que é possível integrar conservação e desenvolvimento econômico.

Pantoja destaca o programa Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal, mais conhecido como REDD, compensação financeira aos países em desenvolvimento que reduzem a emissão de gases de efeito estufa. “Essa estruturação possibilita que os Estados que têm mais florestas tenham também ativos a serem contabilizados e comercializados ou possam trabalhar no mercado voluntário de carbono e que reúne países como Noruega, Alemanha, Reino Unido. Essas nações doam para os Estados que mais conservam, preservam a floresta e evitam o desmatamento.”

&

AMAPÁ EM NÚMEROS

142.828,521 km²
de extensão territorial

75%
de áreas protegidas e conservadas

829.494
habitantes em 2018

86,7%
da população vivem nas cidades

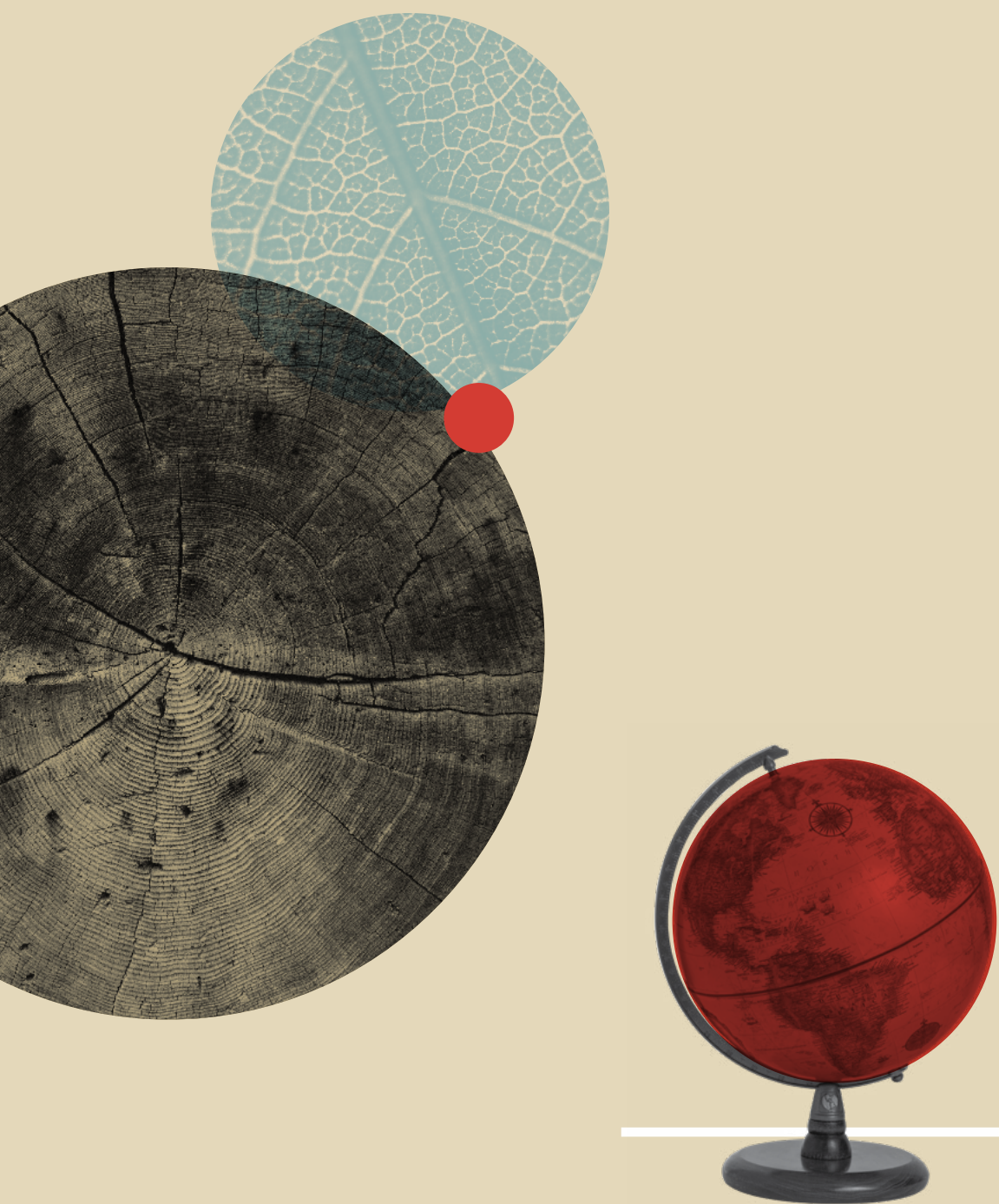
16
municípios

R\$ 17.978
é o PIB per capita 2015
(17º no Brasil)

30 metros

é a altura do Marco Zero, que delimita a Linha do Equador, que corta a cidade de Macapá

Fontes: IBGE, Governo do Amapá, Embrapa



ENTRE A IDEOLOGIA E O PRAGMATISMO

texto DANIEL BUARQUE | ilustração TIAGO ARAUJO



O presidente Jair Bolsonaro ainda nem tinha subido a rampa do Planalto e vestido a faixa presidencial, mas já tinha deixado claro, logo após a eleição, que o novo governo traria mudanças importantes para um setor que tem grandes impactos para o País e sua relação com o resto do mundo. Na política externa, o processo de transição em si foi marcado, desde o início, por opiniões que indicavam um caminho diferente do pautado ao longo das últimas décadas pelo Brasil.

A mudança foi apontada no discurso contra o “viés ideológico” nas relações internacionais brasileiras – um sinal de que o novo presidente pretendia cumprir suas promessas eleitorais. Anúncios sobre medidas a serem tomadas a partir deste ano indicaram a mudança de prioridades na posição nacional, rompendo com tradições históricas, criando um novo alinhamento global e produzindo novas oportunidades e riscos para o País.

O posicionamento gerou polêmica. Na opinião do ex-ministro Rubens Ricuperro, diplomata de carreira e autor do livro *A diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*, as propostas fazem parte de “uma ideologia tosca e mal trabalhada” que tem o potencial de prejudicar a relação com outros países.

Entre as principais medidas anunciadas, foi deixada de lado a busca pelo multilateralismo da diplomacia nacional. Agora, o Brasil passa a ter mais alinhamento à posição e aos interesses dos Estados Unidos em detrimento da proximidade com a China, países árabes, países com governos de esquerda (como Cuba, Venezuela e Bolívia) e o Mercosul, além de um menor engajamento com a questão ambiental – em que tinha protagonismo.

“Em geral, a política externa vai priorizar a abertura de mercado. Assim, espero a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais com governos ideologicamente aliados ou que ofereçam oportunidades de ganhos econômicos. No primeiro caso, EUA, Argentina, Itália, União Europeia etc.”, explica o professor de Relações Internacionais da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Franca (SP), Gabriel Cepaluni, em entrevista à *Problemas Brasileiros*.

Em poucas semanas, o presidente deu o tom da nova diplomacia. Suas declarações logo após a eleição levaram ao rompimento com Cuba no *Mais Médicos*, por exemplo. Ele confirmou a intenção de mudar a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém – o que vai contra a defesa que o País faz da solução de dois Estados

na questão palestina e que desagrada países árabes, com quem tem forte relação comercial. Também cancelou a candidatura brasileira a sediar a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), declarou que poderia sair do Acordo de Paris e se reuniu com o assessor de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton.

O movimento inicial deu mostras de uma mudança radical. Entretanto, segundo especialistas em política externa, a nova mentalidade não teria condições de abandonar totalmente o pragmatismo do que importa em termos econômicos e políticos ao Brasil. O Itamaraty, avaliam analistas, deve ter um papel relevante para se colocar como mediador entre a ideologia política do novo governo e o interesse nacional.

O CHANCELER POLÊMICO

A escolha do novo ministro das Relações Exteriores, o diplomata Ernesto Henrique Araújo, foi o primeiro sinal da nova ideologia internacional do Brasil. Araújo havia se tornado conhecido por escrever um blog com posicionamentos políticos críticos ao PT e elogiosos a Bolsonaro. Até então chefe do departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, ele teve seu nome indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, considerado um “guru” intelectual do novo presidente. Seu posicionamento político gerou forte polêmica entre a comunidade de relações internacionais do Brasil ao rejeitar alguns preceitos que dominavam a atenção do Itamaraty, como

o multilateralismo e a importância da luta contra o aquecimento global. Além disso, defendeu o combate à adesão nacional ao que chama de “pautas abortistas e anticristãs”, ao “alarmismo climático” e conceitos que relaciona ao “marxismo” e ao “globalismo”, uma ideia de que os países perderiam sua soberania diante de imposições de instituições internacionais.

Ao ser indicado para o cargo, o novo chanceler foi descrito internacionalmente como um “fã de Trump”, escolhido para mudar os rumos da diplomacia brasileira. O tom de analistas externos foi muito crítico, especialmente por causa das opiniões de Araújo sobre o aquecimento global.

Uma reportagem do jornal britânico *The Guardian* chegou a dizer que a indicação deveria preocupar ambientalistas em todo o mundo. “Bolsonaro escolheu um novo ministro das Relações Exteriores que acredita que a mudança climática é parte de uma trama de ‘marxistas culturais’ para sufocar as economias ocidentais e promover o crescimento da China. (...) Sua nomeação deve causar um arripio no movimento climático global”, disse o jornal.

De fato, uma das primeiras decisões de impacto internacional do novo governo assustou ambientalistas. Um mês após eleito, Bolsonaro atuou diretamente para que o Brasil não fosse sede da Conferência do Clima da ONU marcada para 2019, quando será negociada a implementação do Acordo de Paris. A medida confirmou a guinada diplomática, na qual o País abre mão

do seu protagonismo nas discussões internacionais sobre o ambiente.

O MRE E PRAGMATISMO

Mesmo assim, especialistas em diplomacia dizem não haver motivo para alarme e alegam que o pragmatismo vai acabar definindo os rumos reais da política externa.

“O que se acredita em termos de aquecimento global não importa tanto para a tomada de decisões de política externa. As decisões vão ser tomadas com base na defesa dos interesses internacionais do Brasil. Isso é o que vai pesar”, explica o vice-diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Australian National University e autor do livro *Brazil in the World: The International Relations of a South American Giant* (Manchester University Press), o pesquisador canadense Sean Burges.

Para Cepaluni, parte do discurso de Araújo pode ser interpretada como um elogio à ideologia do novo presidente. “Parto do pressuposto de que o chanceler é um homem inteligente e capacitado, ainda que tenha dado alguns depoimentos ideológicos tresloucados. Provavelmente estava jogando para a plateia. Afinal, o estilo Bolsonaro-Trump está fazendo escola”, opina.

Em sua avaliação, a nova política externa levará a um rompimento ou diminuição das relações com países “socialistas, comunistas ou com tendências fortes de esquerda” e a uma aproximação maior com os Estados Unidos. Mas ele diz não acreditar em um rompimento com importantes parceiros comerciais nacionais, como a China. “Ideologia é uma coisa, e burrice é outra. Ninguém pode desprezar a China hoje.”

Parte dessa avaliação sobre o pragmatismo leva em conta a burocracia e a forma como funciona o Ministério das Relações Exteriores, uma

das instituições mais bem preparadas e estruturadas da política brasileira.

Segundo um diplomata britânico no Brasil (que pediu para não ser identificado nesta reportagem), o novo chanceler vai ter dificuldades se quiser mudar o rumo da diplomacia brasileira de forma radical. “Acho que o novo ministro das Relações Exteriores enfrentará uma batalha no Itamaraty. Funcionários de estilo antigo, mais arraigado, que acham que sabem mais do que os políticos, não vão querer seguir a orientação política dele”, diz.

O professor Cepaluni também vê possíveis bloqueios institucionais ao rompimento com tradições da diplomacia nacional. “O MRE vai brear qualquer alteração mais radical da política externa brasileira. Em resumo, pode haver a implementação de um liberalismo comercial e conservadorismo político, mas os excessos serão barrados pela burocracia do MRE e também pelo protecionismo dos grupos de interesses empresariais, sindicais e universitários.”

DIPLOMACIA, FILTRO E EDUCAÇÃO

Burges, entretanto, vê de forma crítica esse possível bloqueio do MRE às decisões do novo governo. Para o canadense, a função do Itamaraty sob Bolsonaro terá de ir além de ser uma barreira institucional ao rompimento com tradições históricas do posicionamento internacional do Brasil. Segundo o pesquisador, um dos papéis mais importantes do MRE será o de aconselhamento político e de formação do novo presidente.

“O Itamaraty parece sentir que é proprietário da política externa e que deveria decidir quem seria o ministro. Isso é um exagero, já que a política externa é direcionada pelo presidente”, destaca. Segundo ele, historicamente o Brasil teve importantes chanceleres que não se encaixavam no molde do Itamaraty, mas que eram muito alinhados ao presidente e fizeram um trabalho marcante.

“No tempo de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Felipe Lampreia era embaixador, mas era FHC quem definia a política externa. Com

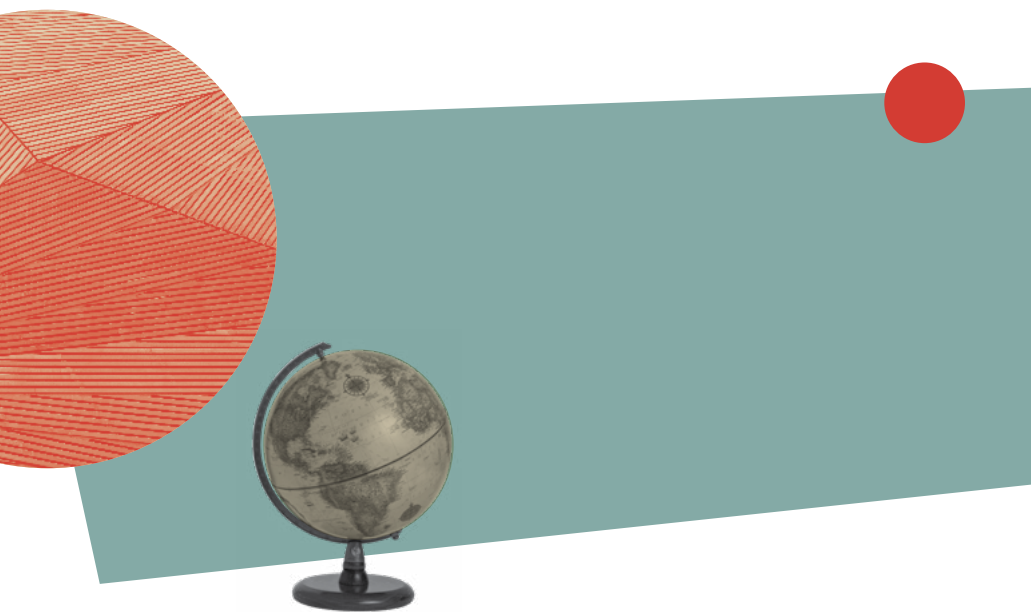
Lula, Celso Amorim tinha um papel diferente do de chanceler. O MRE é muito forte em termos de aconselhamento político, mas apenas se a pessoa que estiver no topo souber filtrar a informação”, explica.

Araújo, afirma Burges, terá função mais ligada à filtragem de informações passadas ao presidente, que precisa ser “educado”. “O papel de Araújo vai ser ensinar a Bolsonaro como as coisas funcionam e o que ele pode falar ou não em termos de política externa”, explica. “O Itamaraty vai ter de fazer diplomacia na Esplanada, além de diplomacia no resto do mundo. Vai ser importante explicar as vulnerabilidades e oportunidades dessa nova agenda liberal do Brasil.”

&

“O ITAMARATY VAI TER DE FAZER DIPLOMACIA NA ESPLANADA, ALÉM DE DIPLOMACIA NO RESTO DO MUNDO. VAI SER IMPORTANTE EXPLICAR AS VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES DESSA NOVA AGENDA LIBERAL DO BRASIL.”

SEAN BURGES, vice-diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Australian National University



P

PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL?

A tragédia do Museu Nacional – que, em setembro do ano passado, reduziu a cinzas o nosso mais importante legado histórico – nos deu a dimensão da desconsideração do governo brasileiro em relação à cultura. Por outro lado, a nossa sociedade ainda não apresenta organização e desenvolvimento para preservar nossa memória e nossa história. E se não valorizarmos nosso patrimônio cultural, nenhum governo o fará.

Por meio da experiência acumulada na direção do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Ambiental (Conpresp) e no Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), ambos da Prefeitura de São Paulo, trazemos algumas reflexões para contribuir em ações efetivas e apontar possíveis instrumentos e práticas de financiamento e inclusão, passíveis de serem replicados em diferentes locais e circunstâncias.

Calçada em representação social elitizada e no restauro de monumentos históricos, a política de patrimônio cultural em São Paulo é pouco

vinculada à preservação de conjuntos urbanos de baixa renda e a práticas de inclusão social. Para piorar o quadro, a preservação não está, de fato, inserida no pensamento urbanístico local, e 90% dos imóveis tombados no município, que são privados, carecem de políticas de fomento e incentivo à conservação. A escassez de recursos e a falta de interesse público, somadas a um cenário de desigualdade social, não têm permitido destinar recursos à preservação.

A população é quem deve eleger a herança cultural a ser deixada para as futuras gerações. Além de fazer parte da escolha dos bens a proteger, também deve ser parcela ativa na conservação de seu patrimônio, participando em projetos urbanos inclusivos, mobilizando seus saberes coletivos.

O tombamento não desperta na sociedade paulistana (e brasileira) grande empolgação ou prestígio: a proteção é entendida como limitação econômica, e o DPH é visto como órgão restritivo. A negação do prestígio social aos bens culturais, aliada à inexistência ou entrave à aplicação de instrumentos de incentivo (Lei de Fachadas, Lei Rouanet, TDC etc.), provoca desvalorizações social e econômica dos bens tombados. Balanço de quase 50 anos do DPH mostra que sua ação se constitui, majoritariamente, na identificação e no tombamento de cerca de 4 mil imóveis e dez bairros. Foi apenas a partir de 2007 que o órgão incorporou o registro de bens imateriais, mas ainda com poucos protegidos e também sem quadros suficientes para sistematizar um inventário.

INOVAÇÕES NA GESTÃO

Para analisar a representatividade e o conjunto de tombamentos e aproximar o órgão dos pesquisadores, o DPH assumiu convênios com diversas faculdades e universidades. Tal sinergia conduziu a duas novas experiências. A primeira foi a recharacterização participativa da Vila Maria Zélia, ação de sensibilização dos moradores por meio da constituição de um centro de memória e da orientação para a recuperação dos imóveis. A segunda foi a Fábrica de Restauro, no Bixiga, realizada da mobilização de atores locais com o objetivo de gerir, de forma participativa, a recuperação do conjunto histórico do bairro com suas relações sociais. No início, a experiência estabeleceu três grandes grupos de trabalho. O grupo 1, denominado “Formação e Capacitação”, propôs o desenvolvimento de cursos de manutenção e zeladoria especializados em acompanhamento de bens após o restauro. Essa iniciativa contou

com a participação da Associação de Empresas de Restauro (Asseer) e de todas as universidades parceiras. O grupo 2, “Obtenção de Recursos”, calculou as possibilidades de transferências para o conjunto de propriedades e se preocupou com outras formas de obtenção de recursos, como Lei Rouanet, Lei Mendonça etc. Já o grupo 3, intitulado “Participação e Coletivismo”, previa a articulação entre grupos sociais, proprietários e Asseer para formular projetos coletivos de restauro e participação da comunidade na recuperação de bens culturais, tombados ou não.

Em 2018, os coletivos envolvidos expressaram o desejo de adotar a prática, como o caso-piloto do Museu do Bixiga, espaço cultural que ocupa casarão no bairro tombado e precisa de ações de restauro e conservação. Novos grupos de trabalho foram organizados para executar a leitura do território: o projeto de arquitetura e restauro do museu e o estudo de instrumentos de financiamentos coletivos para conjuntos urbanos.

O tombamento, ou a proteção legal, é apenas um dos três pilares em que a preservação do patrimônio histórico se sustenta. A identificação, por meio da produção de inventários ou da indicação popular, é outro. A preservação deve se ocupar daqui para frente (especialmente) do terceiro pilar: a valorização. Embora os três pilares tenham igual importância, a última gestão do DPH e do Conpresp buscou enfatizar justamente a valorização do patrimônio, por entendê-la como estratégica para impulsionar todas as outras. A criação do Escritório Técnico de Gestão

Compartilhada (ETGC), por meio de um convênio assinado em dezembro de 2013, estabeleceu a articulação entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Conpresp.

Como parte dos esforços de inovação da gestão, há ainda a Jornada do Patrimônio – evento criado na capital paulista em 2015 que reúne, em um fim de semana, ampla programação cultural voltada à difusão e valorização do acervo imobiliário paulistano – e o Selo de Valor Cultural, instrumento de reconhecimento municipal em relação ao valor cultural/afetivo de um estabelecimento do comércio. Ambos reforçam o compartilhamento do conhecimento e a possibilidade de participação na salvaguarda do patrimônio. Nesse sentido, também colaborou o *Blog do DPH*, que, ao não se pautar unicamente pela divulgação de ações do departamento, tirou partido dos meios digitais para promover a educação patrimonial.

A proteção ao nosso patrimônio cultural só poderá ocorrer mediante ação de construção coletiva, com base na participação e no compartilhamento de saberes, defesa das diversas identidades e heranças locais e constituição de uma política de preservação nacional que articule as diversas escalas, e que só será possível se a sociedade assim demandar.

Ações de sensibilização como a Jornada do Patrimônio, com seus roteiros ancorados no território, a celebração dos patrimônios imateriais e a visitação a edifícios ajudam a habilitar os cidadãos a exercer mais efetivamente seu direito à memória de forma participativa, como estabelece a Constituição Federal.

Resta a questão: quais são os meios para realizar esse tipo de política compartilhada em uma nação que deixa seu patrimônio em chamas e tem preferido vender bens culturais para serem substituídos por novos edifícios genéricos, apagando nossa história e memória? Nesse sentido, experiências coletivas de preservação e sensibilização envolvendo cidadãos em práticas inovadoras é uma aposta para a promoção da proteção ao nosso patrimônio cultural com urbanidade e inclusão social. E, voltando à tragédia do Museu Nacional, ainda temos longo caminho a percorrer.

&



NADIA SOMEKH

é professora emérita da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade presbiteriana Mackenzie e presidente do Conselho de Preservação do Município de São Paulo (Conpresp) (2013-2016)

TDC

Transferência do direito de construir estabelecida no Plano Diretor Estratégico de 2014, proporciona recursos aos proprietários de bens tombados, desde que solicitados, referentes a uma vez a área de terreno para fins de recuperação, preservação e conservação do patrimônio histórico



NA CONTRAMÃO DA PROSPERIDADE

texto MARONI JOÃO SILVA

Se o Brasil quiser se livrar das armadilhas que impedem o crescimento econômico e ameaçam causar a degradação social, terá que enfrentar os privilégios de minorias existentes há séculos dentro e fora do Estado. A ofensiva é apontada por empresários, economistas e cientistas sociais, com foco no combate ao chamado “patrimonialismo”, que se caracteriza pela distribuição de benesses “aos amigos do rei”. Herdado do sociólogo alemão Max Weber e citado pioneiramente no País, em 1936, pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, o conceito de patrimonialismo se consolidou nacionalmente como a não distinção entre o público e o privado, a partir de 1950, em *Os donos do poder*, do cientista político Raymundo Faoro.

Há discordâncias sobre a gênese e a hegemonia desse conceito. O fenômeno estudado por Weber, no início do século 20, é diferente do que ocorre aqui desde o colonialismo, segundo o professor titular aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Roberto Romano. “Weber define um tipo de liderança e de governo fruto do feudalismo, cuja riqueza se concentra na propriedade da terra. São esses sujeitos sociais que controlam o Estado moderno nascente, os quais exercem o poder se utilizando dos cofres públicos como extensão do seu patrimônio”, afirma Romano, doutor em Filosofia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França.

A estrutura política do Brasil constituída no século 16 se assemelha ao Absolutismo, em que tudo gira em torno do rei, inclusive a arrecadação fiscal. E é por isso que “os donos do poder” se apropriam do Estado em benefício pessoal, explica Romano, ao exemplificar a origem dessa dominação como consequência da própria estrutura centralizada do Estado brasileiro, citando relatos da professora titular aposentada do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Maria Sylvania de Carvalho Franco, em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata*. Com base em fontes oficiais, ela conta que, no século 21, municípios ricos em produção de café e receita fiscal, como Guaratinguetá (SP), amargavam falta de caixa, pois, por ordem da Coroa, o dinheiro dos impostos era recolhido aos cofres federais, no Rio de Janeiro, e redistribuído a critério do rei. Para atenuar o déficit e financiar

“DE DOM JOÃO VI A PEDRO I, AS TRANSIÇÕES SEMPRE OCORRERAM DE PAI PARA FILHO. PORTANTO, DESDE O SÉCULO 19, A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS QUE SE DESTACAM NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO NÃO É MERA COINCIDÊNCIA.”

ROBERTO ROMANO, professor titular aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Filosofia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França

obras públicas, prefeitos e vereadores ricos em prestavam dinheiro às prefeituras. Mas, com o tempo, essa relação se inverteu, dando margem ao mau uso do dinheiro público. Um gestor que costumava desviar parte da receita da prefeitura para cobrir gastos pessoais e só devolver no mês seguinte foi descoberto e acabou sendo processado, descreve a autora.

Os beneméritos chancelados por políticos se tornaram recorrentes, espalhando-se pelo Brasil e conquistando o status de “homens bons”. Por causa desse “toma lá, dá cá” ainda vigente, explica Romano, os eleitos da época, apoiados por fazendeiros e oligarcas – que conseguiam angariar recursos da Corte para seus “currais eleitorais” –, distinguiam-se na sociedade também como heróis e se consideravam no direito de colocar a mão no dinheiro público para se reelegerem. “É aí que está a origem do ‘rouba, mas faz’”, afirma o professor, ao mesmo tempo que pergunta: “Pode-se chamar isso de ‘patrimonialismo’?”.

Autor do livro *Sérgio Buarque de Holanda e a dialética da cordialidade*, Paulo Niccoli Ramirez, mestre e doutor em Ciências Sociais, responde: “Holanda e Faoro não citam o patrimonialismo ao pé da letra. Os conceitos são plásticos ou tipos ideais, conforme defende o próprio Weber. Logo, eles representam um instrumento de análise; não são a realidade concretamente falando”, argumenta Ramirez, que também é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Segundo ele, a família real transpôs para o Brasil o que seria a semente do patrimonialismo – ou seja, o hábito de a Coroa sustentar diferentes elites e camadas sociais abastadas mediante cargos públicos, que teria se propagado em Portugal nos idos da Revolução de Avis, em 1385, e aqui desembarcado das caravelas de Cabral. “De Dom João VI a Pedro I, as transições sempre ocorreram de pai para filho. Portanto, desde o século 19, a composição social dos grupos que se destacam no cenário político brasileiro não é mera coincidência”, opina Rami-



rez. Para o sociólogo Leonardo Octavio Belinelli de Brito, com o passar do tempo, o patrimonialismo se tornou arma política, traduzindo más condutas éticas de agentes públicos.

A tentativa de compreender uma formação social por meio de uma denominação conceitual implica riscos de prejuízo do conhecimento: explicar muito pouco ou cair no simplismo, afirma o professor aposentado de Economia da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo. Ele considera que, do colonialismo ao capitalismo dependente, o Brasil passou por muitas etapas até alcançar o que considera um bem-sucedido processo de industrialização. Nesse ínterim, o País conviveu com o escravismo e o extrativismo, além de ter se especializado em algumas culturas agrícolas, todas baseadas em propriedades peculiares e em um modelo híbrido de produção socioeconômica que classifica como rentista-patrimonialista. Esse cenário perdurou por longo período, tendo enfrentamento definitivo só com a Revolução de 1930, que tenta romper com o sistema político da

Primeira República, apoiado nas oligarquias regionais, analisa Belluzzo.

Parte do arcabouço institucional-legal que sustentava o *status quo* da República Velha era referenciado na Constituição de 1924. Nela se destacava, por exemplo, uma das características históricas do patrimonialismo, ou seja, a dominação e a seletividade, inclusive eleitoral, lembra o jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, Ives Gandra Martins. A carta estabelecia que o voto era prerrogativa de quem tivesse condições financeiras de se sustentar. Com isso, limitava esse direito “à classe dominante, detentora de bens, do patrimônio, e que, com ele, domina e controla o povo”, ressalta Gandra Martins.

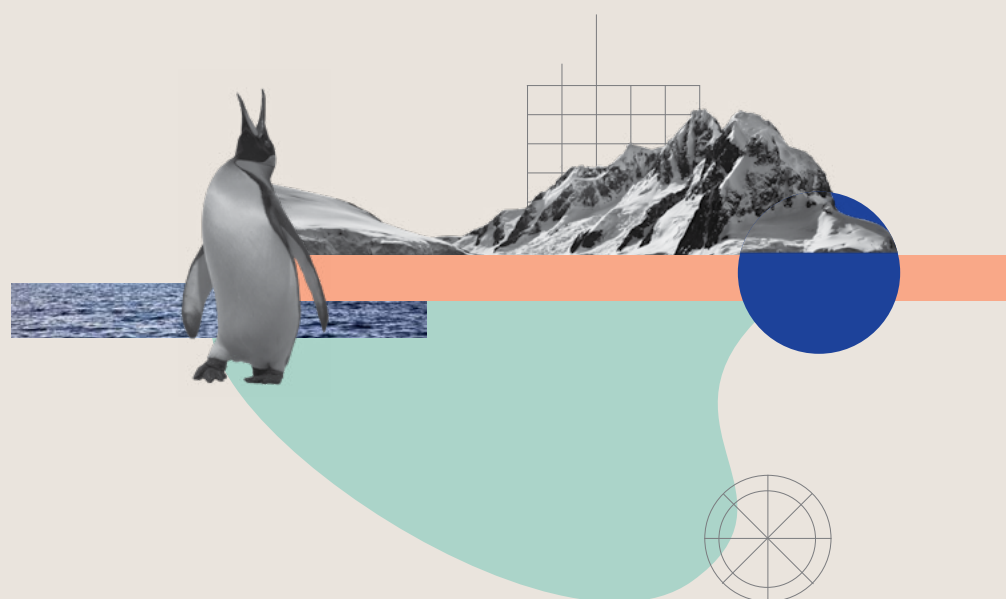
Ao concordar com Gandra Martins sobre alguns aspectos do patrimonialismo, o também advogado e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Fernando de Oliveira Marques afirma que as benesses patrocinadas por esse sistema, inclusive por meio de corrupção, favorecem pessoas e grupos que, de certa forma, controlam o Estado. Na prática, constituem o que denomina “apropriação privada das riquezas e potencialidades da sociedade e que não revertem para o bem comum”. Segundo ele, “ampliam as diferenças por meio de seu caráter segregacionista, corporativista e excludente”.

Por facilitar uma “brutal transferência de renda da sociedade aos rentistas”, segundo o diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da PUC-SP, Antônio Corrêa de Lacerda, a dívida pública brasileira expressa também um tipo de patrimonialismo que reduz o crédito e inibe o crescimento. Essa contabilidade reversa se concretiza na forma de juros pagos ao capital privado que deixa de ser investido no setor produtivo. Em vez disso, o dinheiro é aplicado na compra de títulos por aqueles que financiam o Estado mediante operações intermediadas pelo setor financeiro, explica Lacerda.

&

MAR DE GELO ESTRATÉGICO

texto EVANILDO DA SILVEIRA | ilustração TIAGO ARAUJO



S

Sete anos depois da destruição da antiga, finalmente o Brasil terá uma nova base fixa de pesquisas na Antártida – em março de 2019. A unidade substituirá as instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), 70% das quais foram destruídas no incêndio que ocorreu na madrugada de 25 de fevereiro de 2012. Desde então, os cientistas brasileiros que realizam pesquisas naquelas paragens geladas tiveram que se valer dos módulos antárticos emergenciais (MAEs), construídos depois do acidente, dos refúgios já existentes e dos dois navios oceanográficos de apoio.

A EACF está sendo construída pela vencedora da licitação, a empresa chinesa China Electronics Import and Export Corporation (Ceiec), no mesmo local da anterior, ou seja, na Península Keller, na Ilha do Rei George, na Baía do Almirantado. O prédio principal terá área total de 4,5 mil metros quadrados, divididos em seis setores: privativo, social, serviços, operação/manutenção, laboratórios e módulos isolados. Terá capacidade para até 65 pessoas e infraestrutura com 18 laboratórios de pesquisa e ultrafreezers para armazenamento de amostras e materiais científicos.

Além disso, a estação contará com sistemas de água potável, energia (alguns de fontes renováveis), de coleta e separação de resíduos sólidos, rede avançada de comunicações de dados e de voz, segurança, logística e instalações mecânicas. Terá ainda biblioteca, academia de ginástica, lan house, centro cirúrgico de emergência, entre outros ambientes necessários ao funcionamento; bem como unidades isoladas, como torres de energia eólica, área para helicópteros e para pesquisas de meteorologia, ozônio e da atmosfera, que somarão outros 500 metros quadrados de área construída.

Segundo o coordenador-geral de Oceanos, Antártica e Geociências do Ministério da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Comunicações (MC-TIC), Andrei Polejack, alguns equipamentos que vinham funcionando para a construção tiveram que ser desligados para a construção da nova EACF. “Agora vamos retomar as pesquisas com o apoio da base, o que antes fazíamos com acampamentos e usando instalações de outros países”, diz. “Os novos laboratórios são uma estrutura que não tínhamos antes, e isso deve melhorar sobremaneira nossa capacidade de pesquisa e atuação na região. A estação em construção será um marco para a pesquisa na Antártida.”

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

As presenças do Brasil e de outros países naquele continente se inserem num contexto mais amplo, que inclui estudos científicos e o eventual aproveitamento futuro de potenciais riquezas que possam existir por lá. São 14 milhões de quilômetros quadrados de terra – 165% a área do Brasil –, quase totalmente cobertos com camada de gelo de 2,1 quilômetros de espessura, em média (em alguns pontos, pode chegar a quase cinco quilômetros), e mais 20 milhões de quilômetros quadrados de mar congelado no inverno e 1,6 milhão no verão.

Segundo o glaciólogo (estudioso das geleiras) Jefferson Cardia Simões, vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional, essa imensidão gelada é um dos principais controladores do sistema climático e do nível dos mares da Terra, além de arquivar nas suas camadas a evolução e eventos da atmosfera do planeta, bem como o registro da poluição causada pelo ser humano no último século. “Saber como o ambiente antártico, ou seja, seus processos atmosféricos, biológicos, criosféricos (relativos à camada de gelo), geológicos e oceânicos afetam o País é tão importante quanto estudar a Amazônia”, diz.





Mas não é só isso. Há também compromissos políticos e geopolíticos envolvidos que o Brasil deve respeitar. Eles começaram a ser estabelecidos em 1959, quando 44 países assinaram o Tratado da Antártida, que regulamenta as atividades no continente. O documento, que entrou em vigor em 1961, estabelece que aquele território deve ser usado apenas para fins pacíficos e de cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas. Uma das exigências para que um país seja membro consultivo do tratado, isto é, que tenha direito a voto, é a realização continuada de atividades científicas naquela região.

O Brasil o assinou em maio de 1975, mas só iniciou pesquisas no local em 1982, com a Operação Antártica I, realizada a bordo do navio de pesquisa oceanográfica Barão de Teffé, da Marinha do Brasil, e do navio oceanográfico Professor W. Besnard, da Universidade de São Paulo (USP). O principal resultado alcançado foi o reconhecimento internacional e a aceitação do Brasil, em 12 de setembro de 1983, como membro consultivo do tratado.

O suporte legal das pesquisas brasileiras naquele continente é o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), gerido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm). Ele está dividido em três partes: logística, científica e ambiental.

A primeira é de responsabilidade da Marinha do Brasil, por meio da Secirm, que se encarrega da operação dos navios polares Ary Rongel e Almirante Maximiano, da manutenção da EACF e do transportes dos pesquisadores para a Antártida. A segunda está a cargo do MCTIC, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que seleciona, financia e acompanha as atividades científicas do programa. Por fim, a ambiental, pela qual responde o Grupo de Avaliação Ambiental do Proantar (Gaam), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A EACF original foi inaugurada em 6 de fevereiro de 1984, com oito módulos. Quando ocorreu o incêndio, ela tinha mais de 60, a maior parte, contíguos. Em 2,6 mil metros quadrados de área construída, a antiga estação possuía instalações relativamente confortáveis, que podiam acomodar até 60 pessoas. Para o trabalho científico, a EACF dispunha de 13 laboratórios destinados às ciências biológicas, atmosféricas e químicas.

Depois do incêndio, para que as pesquisas continuassem, a Secirm instalou, em 2013, no local do heliponto, um conjunto de contêineres. Os MAEs têm espaços para alojamento do mesmo número de pessoas antes abrigadas na estação (60) e, assim, impedem a limitação das atividades dos cientistas. Fabricados no Canadá, os módulos são compostos por seis dormitórios, enfermaria, cozinha, refeitório, escritório e laboratório e equipados com conexão à internet, telefonia móvel, TV e sistema mais eficiente contra incêndios. Há ainda dois

“SÓ VAMOS ALCANÇAR PROTAGONISMO ANTÁRTICO PROPORCIONAL À NOSSA RELEVÂNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL QUANDO RESPONDERMOS QUESTÕES DE INTERESSE DA NOSSA SOCIEDADE.”

JEFFERSON CARDIA SIMÕES, estudioso das geleiras e vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR)

contêineres para tratamento de esgoto, três para geração e distribuição de energia e um para produção de água potável.

Hoje, as plataformas de pesquisa do Brasil na Antártida incluem o navio polar Almirante Maximiano. O principal para a pesquisa oceânica e o de apoio oceanográfico Ary Rongel. Há ainda o módulo automatizado Criosfera 1, instalado em 2011, a 2,5 mil quilômetros ao sul da ECAF e 600 quilômetros do Polo Sul, que abriga grande parte das pesquisas glaciológicas (que estudam o gelo), química da atmosfera e alguma investigação sobre microbiologia, além de quatro refúgios em ilhas da baía.

DO PAPEL PARA AS OBRAS

Quanto à nova estação, o processo para torná-la realidade começou cerca de um ano depois do incêndio, em 22 de janei-

ro de 2013, quando o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Marinha do Brasil lançaram o Concurso Estação Antártica Comandante Ferraz, para selecionar um novo projeto arquitetônico. O vencedor, entre os 70 apresentados, anunciado em abril daquele ano, foi o escritório de arquitetura Estúdio 41, de Curitiba, que, além de ter seu projeto contratado, recebeu prêmio de R\$100 mil.

Para estabelecer os requisitos que os projetos participantes deveriam atender, o IAB e a Marinha ouviram a comunidade científica. Para tirar o vencedor do papel, foi aberta, por meio da Secirm, licitação para a escolha da construtora. As candidatas deveriam ser brasileiras ou estrangeiras associadas a empresas nacionais. O processo foi encerrado em fevereiro de 2014 sem que aparecessem interessadas.

Em julho do mesmo ano, a Secirm lançou outra concorrência, agora aberta também para companhias de outros países. O resultado foi anunciado em janeiro de 2015, tendo como vencedora a chinesa Ceiec, que apresentou o menor preço: US\$ 99,6 milhões.

Além disso, o projeto agradou a comunidade científica. “A nova EACF será bem mais moderna e adequada em comparação à antiga”, diz o pesquisador Luiz Henrique Rosa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto MycoAntar do Proantar, que estuda fungos com possíveis propriedades medicinais, e já esteve na Antártida nove vezes, a mais recente em dezembro de 2018. “Ela terá mais laboratórios e condições de execução de pesquisas avançadas. Será mais ambientalmente adequada, pois impactará menos o ambiente com fontes de energias solar e eólica.”

Para Simões, que já trabalhou no continente 23 vezes, a estação que será aberta é excelente por vários motivos. “A antiga não foi planejada (expandiu-se dos oito contêineres instalados em



Divulgação

Módulo automatizado Criosfera 1, instalado em 2011, a 2,5 mil quilômetros ao sul da ECAF e 600 quilômetros do Polo Sul

1984) e não tinha laboratórios”, explica. “Para a que está sendo construída, a Secirm ouviu a opinião dos pesquisadores para o planejamento, tanto dos laboratórios como da própria obra, que agora será sustentada sobre pilotis [*pilastras*], reduzindo problemas geotécnicos e facilitando a manutenção e a segurança.”

O que preocupa hoje é a falta de recursos para equipar a unidade. “É preciso ressaltar que ainda não temos garantias financeiras quanto à compra dos equipamentos científicos necessários para ‘mobiliarmos’ e trabalharmos nela”, lembra Rosa. “O MCTIC e Marinha do Brasil estão envolvidos nessa questão, mas parece que ainda não temos definição de onde virão os recursos para compra dos equipamentos.” Se houver dinheiro e tudo der certo, a base a ser inaugurada poderá começar a abrigar pesquisadores a partir do verão de 2019/2020.

Por enquanto, há recursos apenas para 16 projetos a serem desenvolvidos nos próximos três anos. “Em setembro de 2018, o Proantar e o CNPq lançaram um edital, no valor de R\$ 18 milhões, para apoiar pesquisas na Antártida para o período entre 2019 e 2022”, conta o químico César Martins, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que esteve oito vezes no continente, realizando

pesquisas sobre poluição marinha, impacto das atividades humanas na região, química dos oceanos e ciclo do carbono. “Foram apresentados 114 projetos, mas apenas 16 aprovados, cobrindo todas as áreas das ciências naturais, bem como divulgação científica e ciências humanas.”

É pouco para um país que quer ter presença marcante na Antártida. “Não basta ir ao continente e ter um programa científico mal financiado, com metas de curto prazo, achando que seja o suficiente”, afirma Simões. “Isso é só início. É preciso ter visão estratégica e tentar atrair os melhores cientistas para que esse programa seja forte. E pensar na parte política da ação científica do Brasil no continente. Lá se medem forças com muita sutileza. Por isso, atividades científicas contínuas e de qualidade são a maneira de mostrar a envergadura do País dentro do Sistema do Tratado Antártico. Só vamos alcançar protagonismo antártico proporcional à nossa relevância no cenário internacional quando mantivermos um trabalho de vanguarda e respondermos questões de interesse da nossa sociedade.”

&

B



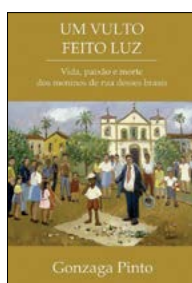
texto FILIPE LOPES E PAULO CEZAR SOARES

texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO

Poemas da realidade

Gonzaga Pinto
All Print Editora

Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto nos leva a um mergulho na caótica realidade das cidades brasileiras, que, pintadas sob um verniz de civilização, escondem a crueldade de um país verdadeiramente bárbaro. Os poemas de *Um vulto feito luz – vida, paixão e morte dos meninos de rua desses brasis* evidenciam as carências da população maltratada pela falta de investimentos públicos em educação, saneamento básico e emprego, além da corrupção e da ineficiência política de combate às drogas. Ao narrar o cotidiano de garotos de rua, a obra retrata a hipocrisia de uma sociedade incapaz de enxergar o outro.



Controle carcerário

Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias
Todavia

“O crime fortalece o crime” é uma das máximas do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa criada em agosto de 1993 e que hoje tem mais de 29 mil “filiados”. Organizada nos moldes de uma empresa, age para dominar os presídios paulistas, e ampliou seu poder para várias partes do Brasil e do exterior. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de formação e funcionamento das facções que imperam no sistema carcerário brasileiro, Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias escreveram *A guerra – a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*, Editora Todavia. A obra joga luz sobre a articulação dos criminosos que controlam o tráfico de drogas e ordenam medidas mesmo atrás das grades.



Preconceito e violência

Moisés Santos de Menezes
Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise)

O preconceito e a violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) no Estado de Sergipe e a ação de assistentes sociais diante do problema são as impressões apresentadas em *Os não recomendados – a violência contra a população LGBT em Sergipe*, editora Edise. O livro não fica restrito apenas ao contexto sergipano e traz estatísticas internacionais e regionais sobre o tema. O interesse do autor Moisés Santos de Menezes surgiu no período de graduação de serviço social, quando percebeu a ausência de um debate acerca de questões de identidade de gênero.



Participação política

Humberto Dantas e Bruno Souza da Silva
Konrad Adenauer

Com objetivo de convidar o cidadão a participar das decisões em sua cidade, a obra *Poder Legislativo Municipal – entender de política começa aqui* (editora Konrad Adenauer), de Humberto Dantas e Bruno Souza da Silva, explica de maneira didática, e com uso de elementos gráficos, o funcionamento das câmaras municipais, conceitos de projetos de lei, sistema eleitoral proporcional e orçamento – e ainda traz dados quantitativos dos últimos pleitos no Brasil. Disponível gratuitamente em versão digital nos portais da Fundação Konrad Adenauer e do Movimento Voto Consciente.



A busca por soluções na educação



A Sempre que a discussão sobre educação é colocada à mesa, é comum recorrermos a exemplos de municípios e Estados que tenham alcançado resultados satisfatórios em aprendizagem e bons índices escolares. Pois o livro *Políticas educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?*, recém-lançado pela editora SM Educação, traz análises de seis experiências em políticas educacionais que podem inspirar gestores e estudantes que buscam entender ou trabalhar com educação.

Escrita pelos pesquisadores Danilo Dalmon, Caetano Siqueira e Felipe Braga, a obra inclui estudos de casos de desafios vivenciados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amazonas e Ceará, entre 2009 e 2014, sempre tomando como objeto a solução de problemas surgidos em redes de ensino municipais ou estaduais. Em pauta, parcerias público-privadas (PPPs), investimentos na educação infantil, uso da tecnologia para vencer a distância geográfica, liderança e transformação em sala de aula.

Um dos aspectos mais interessantes do título é o fato de que a narrativa permite ao leitor entender os prós e contras

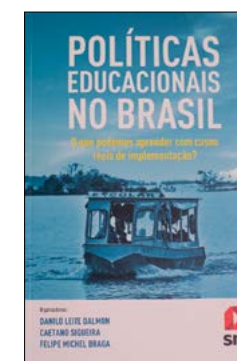
de cada etapa e tirar as próprias conclusões. “O maior desafio foi quebrar o paradigma e colocar todos os nomes dos gestores públicos e políticos que participaram de cada situação”, diz à *Problemas Brasileiros* um dos autores, Danilo Dalmon. Outro ponto relevante é que as experiências relatadas foram avaliadas em aulas-teste para que os autores pudessem aprimorá-las e analisar sua metodologia.

O trabalho contou com incentivo de Dan Katzir, professor da Escola de Pós-Graduação em Negócios da Universidade Stanford, que resume assim sua visão sobre a obra: “É a história de um país na busca por uma educação equitativa e excelente para todas as suas crianças”.

O projeto conta ainda com a plataforma digital *casosdepoliticaspúblicas.com.br*, que disponibiliza gratuitamente o conteúdo do livro para download.

&

Fotos: Divulgação



VIAGENS QUE TRANSFORMAM E EDUCAM

texto HERBERT CARVALHO | ilustração PEDRO SILVÉRIO

O direito do trabalhador a férias remuneradas, reconhecido no Brasil em 1925, foi o ponto de partida para que o turismo, atividade até então exclusiva das classes abastadas, adquirisse caráter social, contabilizando em bilhões as viagens realizadas por ano pelo mundo e configurando uma “indústria sem chaminés”, geradora de emprego e renda.

Inicialmente, a preocupação foi viabilizar financeiramente o acesso aos meios de hospedagem para o trabalhador de baixa renda e sua família. Dessa forma, surgiu o modelo das colônias de férias, e a pioneira no Brasil foi inaugurada em 1948 pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) em Bertioga, no litoral paulista.

O conceito de turismo social foi se modificando para estabelecer uma diferença em relação ao turismo de mercado, que visa ao lucro em primeiro lugar e nem sequer permite ao viajante estabelecer laços ou se aprofundar no conhecimento das pessoas e dos lugares visitados.

“Estar mais, andar menos”, foi a síntese feita pelo escritor português José Saramago para uma proposta que seu colega francês Marcel Proust interpretou, em essência, assim: “A verdadeira viagem não está em sair à procura de novas paisagens, mas, sim, em possuir novos olhos”.

Quem cita Saramago e Proust para explicar como, no século 21, aldeias indígenas, quilombos, terreiros de candomblé e cortiços se transformaram em destinos turísticos é Cadu de Castro, 52 anos, historiador com pós-graduação em Gestão Ambiental e guia de turismo credenciado. Consultor do Departamento Nacional do Sesc, Castro desenvolve e executa há duas décadas, em parceria com o Sesc-SP, projetos de turismo social e de base comunitária, como prefere

chamar a modalidade que, segundo ele, se pauta pela democratização das viagens (inclusive com adaptação dos transportes para pessoas com deficiências), protagonismo do viajante e da comunidade local, educação pelo turismo e para o turismo e relação ética entre todos os envolvidos.

Nesse último aspecto, o Sesc foi a primeira instituição brasileira a assinar o Código de Ética Mundial para o Turismo, criado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) para promover o desenvolvimento sustentável da atividade, considerando aspectos ambientais, culturais e sociais.

De acordo com Castro, a proposta é romper a bolha na qual as pessoas vivem e criar repertório para que o turista compreenda realidades diferentes. “Visitar uma aldeia educa. Quem vê as meninas indígenas amamentando seus bebês pode se chocar, mas irá aprender que eles não têm o conceito de adolescência. A gravidez, que para nós seria precoce, é natural para eles.”

A aldeia do Rio Silveiras, na divisa entre os municípios de Bertioga e São Sebastião, onde 550 guaranis vivem da caça, da pesca e da coleta de frutos, foi um dos primeiros roteiros idealizados por Castro. “A demanda partiu dos índios, com o objetivo de obter renda e superar a discriminação que sofrem. Os visitantes participam das atividades cotidianas da aldeia, inclusive das orações comandadas pelo pajé. Ao fim, além do contato com o ecossistema equilibrado e as tradições preservadas, podem comprar artesanato ou as plantas ornamentais que os índios cultivam.”

MUDAR SEM SE MUDAR

Problemas Brasileiros acompanhou a visita de um dos projetos desenvolvidos por Castro para o Sesc-SP, intitulado “Emoções em Paquetá”, bairro central de Santos (SP) próximo ao porto. Ali, os casarões que antes eram as residências da burguesia, viraram cortiços, mas ainda exibem brasões de famílias. Desse passado, também dá testemunho o Cemitério do Paquetá, onde túmulos faustosos guardam os restos mortais de santistas célebres, como o pintor Benedito Calixto, o poeta Vicente de Carvalho e o governador paulista Mário Covas.



RESISTÊNCIA INDÍGENA

O turismo de base comunitária foi tema de evento realizado pelo Sesc Bertioga em dezembro passado com dois palestrantes: o mexicano Román Caamal e a brasileira Mônica Barroso, que relataram experiências de visitação a territórios indígenas.

Recém-autorizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), dois roteiros – um mais cultural, o outro, de aventuras – contemplam as terras indígenas do Rio Negro: as expedições Serras Guerreiras de Tapuruquara, no município de Santa Isabel do Rio Negro (AM), vão mostrar o cotidiano dos povos originários da região.

Alternativa para o desenvolvimento sustentável, esse tipo de turismo fortalece, segundo Mônica, a organização das comunidades locais frente às ameaças de mineração e desmatamento.

Exemplo consolidado dessa resistência é o da comunidade maia de Sian Ka'an, na Península de Yucatán, no México, cujo território foi declarado pela Unesco patrimônio natural da humanidade, para preservar as lagunas próximas ao Mar do Caribe. Sian Ka'an significa "o lugar onde nasce o céu", pois era isso que pensavam os maias quando viam as estrelas refletidas nas águas cristalinas.

De acordo com Caamal, os indígenas, impedidos de continuar a viver de suas lavouras e de outras atividades tradicionais, fizeram do ecoturismo um instrumento para preservar o idioma e a cultura milenar. Eles proporcionam, ainda, uma alternativa ao turismo massivo da vizinha e badalada Cancún.

Em frente ao cemitério, fica a padaria comunitária Um Só Coração e a sede da Associação dos Cortiços do Centro (ACC), onde os visitantes são recebidos com farto café da manhã. Em seguida, numa roda de conversa, a presidente da ACC, Samara Faustino, cabeleireira de 60 anos duas vezes viúva, e sua filha, Nay, contam um pouco da luta que desenvolvem por moradia digna por meio do projeto Mudar Sem Se Mudar.

No amplo salão equipado com vasta biblioteca comunitária, essas mulheres explicam que, em Santos – sexto lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as cidades brasileiras –, vivem 15 mil famílias em condições insalubres e subumanas nos cortiços sem iluminação ou ventilação, onde proliferam ratos e baratas e as pessoas contraem doenças pulmonares e de pele, estas também causadas pelo caramujo-africano, trazido por navios cargueiros.

Ali moram, majoritariamente, negros e migrantes, subempregados com renda familiar média menor que um salário mínimo e que ainda gastam boa parte desse valor com o aluguel mensal de um cômodo. Para tentar mudar essa situação, os moradores fundaram, em 1996, a ACC, entidade manipulada por políticos locais até 2003, quando Samara assumiu a presidência, liderando um grupo formado quase só por mulheres.

Desde então obtiveram, além da sede onde desenvolvem as atividades comunitárias, duas importantes conquistas, que fazem questão de mostrar, ciceroneando os visitantes. A primeira foi a urbanização de uma praça vizinha ao hoje decadente Mercado Municipal e ao pier. Os equipamentos de esporte e lazer ali instalados aguardam pela reforma prometida pela prefeitura para serem usados pelos jovens, constantemente assediados pelo tráfico de drogas e pela prostituição, que se proliferam ao redor. A outra é uma das realizações de sua gestão, quando (e se) for concluída, é a que poderá modificar o destino das 181 famílias agrupadas em torno da construção, em regime de mutirão, dos pequenos prédios de apartamentos do Conjunto Habitacional Vanguarda. Na área cedida pela União para habitação social e que pertenceu à Bolsa do Café de Santos, os corticeiros depositaram seu sonho de mudar de vida sem mudar de lugar. Pela ousadia, receberam dois prêmios: um da Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 25 mil, para construir um playground, e outro por terem ficado entre os dez finalistas em um concurso internacional realizado em Dubai, que analisou 380 projetos habitacionais em áreas centrais degradadas de diversas cidades do mundo.

A obra, 80% concluída e precisando apenas de acabamento, está paralisada desde 2013 e hoje se soma aos cerca de 60 projetos habitacionais inconclusos do extinto Ministério das Cidades, baseados no crédito solidário, modalidade na qual o pagamento dos financiamentos é feito após o término da construção. Enquanto a retomada não ocorre, os recursos obtidos com o turismo comunitário ajudam a cobrir os gastos de manutenção da obra parada.

O SESC FOI A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO BRASILEIRA A ASSINAR O CÓDIGO DE ÉTICA MUNDIAL PARA O TURISMO. ASSIM, PROMOVE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATIVIDADE, CONSIDERANDO ASPECTOS AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIAIS

“Neste país, quando o pobre coloca a mão em alguma coisa, alguém vem logo tirar. Mas nós não vamos soltar o que agarramos”, afirma Samara, durante o almoço oferecido aos visitantes, que tem histórias tão saborosas quanto a comida. Uma dá conta que, certa vez, precisavam da assinatura urgente do prefeito, e ninguém sabia onde ele estava. “Como temos muitos carroceiros entre nós, e eles catam coisas pela cidade toda, um nos avisou que o prefeito estava na casa da mãe. Fomos todos para lá e ele teve que nos atender”, conta, provocando sorrisos.

Não dá para sorrir, porém, quando somos levados para conhecer um dos cortiços, etapa final do roteiro. A visão dos diminutos cômodos improvisados, sem qualquer privacidade e com apenas dois banheiros para mais de uma dezena de famílias, impacta os visitantes de classe média que se tornam, dali por diante, testemunhas de uma realidade que desconheciam. O exemplo da força e da integridade das líderes corticeiras fornecem o antídoto contra o venenoso estigma que paira sobre as comunidades menos favorecidas.

MATRIZ AFRICANA

Combater o preconceito é precisamente um dos pilares do turismo comunitário, na visão do proprietário da Caiçara Expedições, de São Vicente (SP), Renato Marquesini, que organiza visitas a quilombos e terreiros de candomblé

na Baixada Santista. Esta última opção foi incorporada ao seu portfólio em 2017, no auge dos ataques contra imagens e templos religiosos de matriz africana.

“Convocado por um membro do Conselho Estadual da Igualdade Racial, participei, no início de 2017, de uma reunião com representantes de terreiros. Foi quando conheci Pai Maurício”, conta Marquesini, sobre a visita para conhecer a Comunidade Afro São Roque e Caboclo Tupinambá, instalada no bairro Sítio São João, em Bertioga.

Ali acontecem os rituais da sociedade religiosa afro-brasileira Ilê Axé Ijexá Omolu Jagun (www.iledomolu.com.br), comunidade comandada por Pai Maurício e Mãe Conceição, que preserva o idioma iorubá e as tradições do povo Ijexá, oriundo do Benim, na África. A excursão, acompanhada por Problemas Brasileiros, foi organizada pelo Sesc Bertioga para os alunos da Escola Estadual “Professor Archimedes Bava”, na periferia da cidade. Participaram também professores e pais dos estudantes.

Logo na entrada, fomos recebidos pelos anfitriões vestidos de branco, com turbantes na cabeça e guias coloridas no pescoço. Após o café da manhã, circulamos pelo terreiro para conhecer os pejis, pequenos templos erigidos para cada orixá. São explicadas as características de cada um deles e os respectivos santos católicos vinculados pelo sincretismo religioso dos escravos,

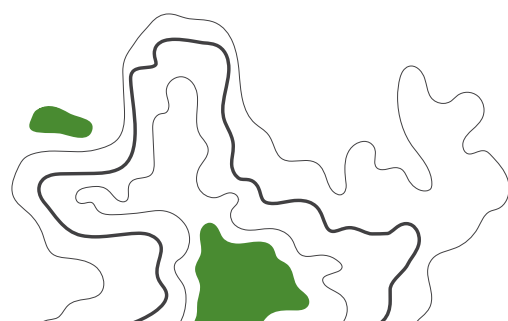
artifício para que seus deuses fossem tolerados. “Xangô é justo, mas não justiceiro”, explica uma filha de santo. O tanque de peixes, para Oxum, e os pássaros em gaiolas – para atrair Oxóssi e Ossanha – explicitam a vinculação do panteão africano com a natureza.

No espaçoso templo onde acontecem as principais festas e cerimônias religiosas, a valorixá ocupa uma poltrona para comandar a execução dos pontos – músicas para os orixás tocadas em atabaques e acompanhadas de danças pelos filhos e filhas de santo. Em seguida, uma roda de conversa elucida as dúvidas. Um ponto muito enfatizado é o comprometimento ecológico: o terreiro pratica a reciclagem do lixo e outras ações de preservação ambiental.

Durante o almoço à base de peixe e galinha caipira, ficamos sabendo que o terreiro funcionava até 2016 no Guarujá, onde Mãe Conceição vendeu acarajés durante 20 anos na Praia da Enseada, após chegar de Itabuna (BA), cidade em que nasceu e se iniciou no candomblé. “Aqui, em Bertioga, estamos mais integrados à natureza”, ela diz, acrescentando que a propriedade, imersa na Mata Atlântica e próxima a uma cachoeira, fornece todas as plantas e ervas, além de galinhas e cabritos, consumidos em festas e rituais.

O passeio termina com anfitriões e visitantes embalados pelo samba de roda no estilo baiano. Para quem fica, a esperança de “sermos felizes em comunhão com a natureza, com nossos orixás e com nossos irmãos”. Entre os que se despedem, responsáveis por alunos: um pai evangélico e uma mãe católica, impressionados com tudo o que presenciaram, garantem ver dali por diante as religiões afro-brasileiras com outros olhos.

&



Exercício de empatia

O turismo social estabelece uma diferença em relação ao turismo de mercado, que visa ao lucro e não permite ao viajante criar laços com as pessoas e os lugares visitados. Problemas Brasileiros acompanhou incursões do projeto "Emoções em Paquetá", em Santos (SP), que trabalha esse conceito.

fotos CHRISTIAN PARENTE

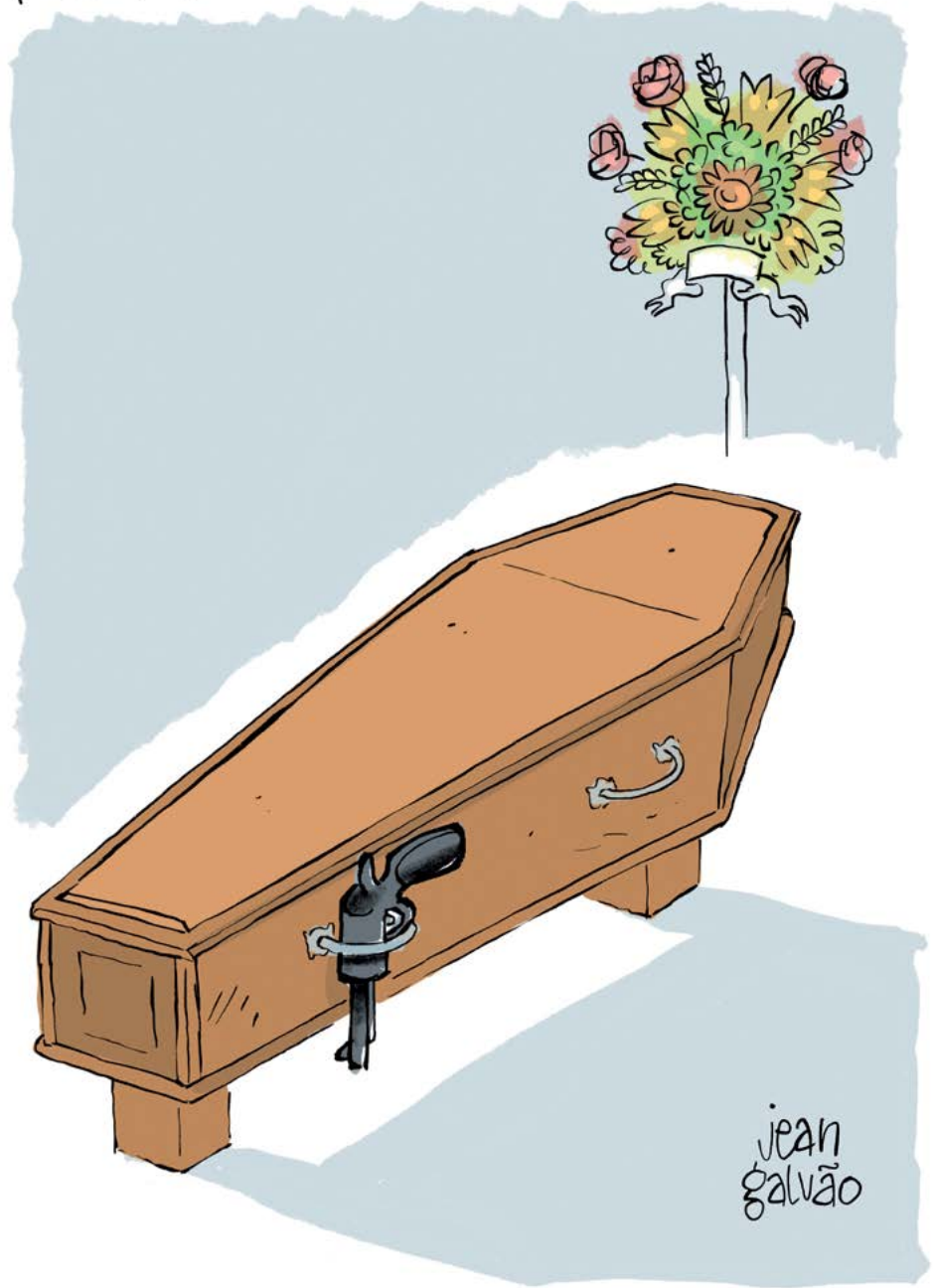


Em Santos, próximo ao porto, casarões que antes eram as residências da burguesia viraram cortiços, mas ainda exibem brasões de famílias que ali moraram. Na cidade do litoral paulista, que ocupa o sexto lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as cidades brasileiras, vivem 15 mil famílias em condições insalubres e subumanas, em locais sem iluminação ou ventilação



Moram no local, majoritariamente, negros e migrantes, subempregados com renda familiar média menor que um salário mínimo mensal e que ainda gastam boa parte desse valor com o aluguel de um cômodo. Mas, desde 2003, a associação de moradores, liderada por um grupo formado quase só por mulheres, vem somando conquistas, como a urbanização da praça vizinha ao Mercado Municipal e ao pier &

PORTE



NOSSO PALCO, SEU TEATRO.

Assistir ou produzir? Acompanhar a programação ou fazer parte da agenda? Aplaudir ou ser aplaudido? Mais do que um teatro reconhecido por sua importância artística, o Raul Cortez é um espaço versátil e preparado para receber importantes espetáculos artísticos ou eventos corporativos.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSSE
www.fecomercio.com.br/institucional/teatro-raul-cortez

R. DR. PLÍNIO BARRETO, 285. BELA VISTA
SÃO PAULO, SP. ESTACIONAMENTO NO LOCAL



TEATRO RAUL CORTEZ



• TUDO

JÁ IMAGINOU SABER COMO SERÃO SUAS VENDAS NOS PRÓXIMOS TRÊS MESES?

Isso mesmo. Pense nas possibilidades que uma previsão de resultados como esta representa para os seus negócios.

É mais controle dos estoques, uma visão melhor do mercado, compras adequadas às demandas, administração das transações, estratégias comerciais eficazes e muitas possibilidades para explorar.

O Projeta é assim, não tem mágica, é a mais pura inteligência de informação. O cruzamento de uma pesquisa que é referência econômica com o desempenho histórico da sua empresa.

Basta estar no Estado de São Paulo, atuar no varejo e ter pelo menos cinco anos de faturamento ininterrupto.

E o melhor de tudo isso: o Projeta é totalmente gratuito.
Para saber mais e utilizar tudo o que ele oferece, fale com o seu contador.

ACESSE

PROGRAMARELACIONA.COM.BR/PROJETA

E CONHEÇA TUDO O QUE O PROJETA OFERECE PARA VOCÊ.

